

**PREVIDÊNCIA**

Hora de aprovar um sistema equilibrado

**CONGRESSO**

Oliveira e Maia apoiam ações anticrise

**SENAI**

Aos 75, referência internacional

# Indústria **BRASILEIRA**

Revista da Confederação Nacional da Indústria | Ano 1 | nº 10 | Março 2017



## PRODUTIVIDADE DE MÃOS ATADAS

COMO OS PROBLEMAS REGULATÓRIOS  
ATRASAM O SALTO DE PRODUÇÃO DO PAÍS

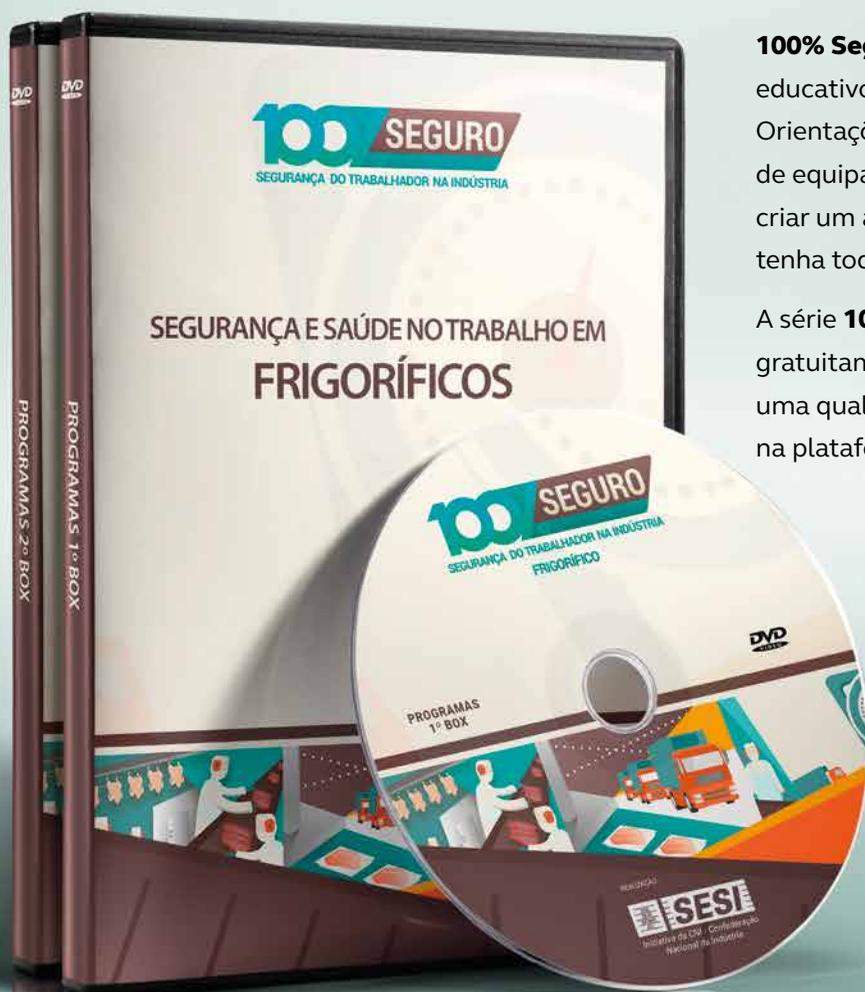


Confederação Nacional da Indústria

**CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA**

# LUZ, CÂMERA, PREVENÇÃO.

Série 100% Seguro Frigoríficos.  
Trabalhador protegido,  
indústria produtiva.



**100% Seguro Frigoríficos** é uma série com vídeos educativos sobre segurança e saúde no trabalho. Orientações sobre prevenção de acidentes, manuseio de equipamentos, uso de uniformes e práticas para criar um ambiente saudável e produtivo. Assista e tenha todo dia um final feliz depois do expediente.

A série **100% Seguro Frigoríficos** está disponível gratuitamente no site do SESI. Agora, para quem busca uma qualificação com certificado, basta fazer o curso na plataforma de Educação a Distância do SESI.

Acesse e confira!

[www.sesi.org.br/cemporentoseguro](http://www.sesi.org.br/cemporentoseguro)

**SESI. Soluções em segurança e saúde  
para os trabalhadores da Indústria.**



Iniciativa da CNI - Confederação  
Nacional da Indústria

## CARTA AO LEITOR

**P**roblemas regulatórios nas relações de trabalho, insegurança jurídica e deficiência educacional crônica são causas que explicam, em boa medida, a baixa produtividade brasileira. Já suas consequências corroem, sobretudo, a competitividade dos produtos brasileiros, deixando o país cada vez mais para trás.

A reportagem de capa desta edição entrevistou pesquisadores, especialistas e dirigentes industriais para discutir com profundidade as questões institucionais associadas à pequena capacidade produtiva do trabalhador industrial do Brasil, que é de meros 25% da americana. É certo que há medidas a serem tomadas dentro das fábricas, especialmente o aprimoramento da qualidade gerencial e de processos. Mas uma parte expressiva do problema está fora da indústria.

A etapa mais enroscada da meada regulatória está em Brasília, onde há anos procrastina-se uma reforma trabalhista que valorize as negociações coletivas, ajude a reduzir a rotatividade da mão de obra e acabe com a insegurança jurídica que afugenta investimentos. A posse de Michel Temer e seu ímpeto reformista tem agradado aos analistas, que consideram mais provável a aprovação de mudanças estruturais durante a atual gestão, especialmente neste ano.

A boa notícia é que, no Congresso Nacional, as novas Mesas serão dirigidas por parlamentares preocupados com soluções para a crise. As eleições de Eunício Oliveira (PMDB-CE) e de Rodrigo Maia (DEM-RJ) para as presidências do Senado e da Câmara dos Deputados, respectivamente, prometem acelerar a tramitação e facilitar a aprovação da agenda legislativa do governo federal. No topo da lista para este semestre está a reforma da Previdência, uma ação urgente depois da aprovação do teto de gastos. Com teto fixo e despesas previdenciárias crescentes, os gastos em outras rubricas – sobretudo custeio e investimento – tendem a ser asfixiados se o sistema de pensões não mudar.

Entre outros temas importantes, esta edição também registra o aniversário de 75 anos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), instituição que já formou mais de 71 milhões de pessoas em cursos técnicos, de aprendizagem, aperfeiçoamento, qualificação e pós-graduação. Ex-alunos, educadores e dirigentes fazem um balanço do papel notável que o SENAI tem hoje para o desenvolvimento dos trabalhadores, das empresas e da economia nacional.

Boa leitura!

## CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

### PRESIDENTE

Robson Braga de Andrade

### VICE-PRESIDENTES

Paulo Antonio Skaf; Antônio Carlos da Silva; Paulo Afonso Ferreira; Paulo Gilberto Fernandes Tigre; Flavio José Cavalcanti de Azevedo; Glaucio José Côrte; Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; Edson Luiz Campagnolo; Jorge Parente Frota Júnior; Eduardo Prado De Oliveira; Jandir José Milan; José Conrado Azevedo Santos; Antonio José De Moraes Souza Filho; Marcos Guerra; Olavo Machado Júnior.

### DIRETORES

Francisco de Assis Benevides Gadelha; José Carlos Lyra de Andrade; Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan; Jorge Wicks Côrte Real; Sérgio Marcolino Longen; Antonio Rocha da Silva; Heitor José Müller; Carlos Mariani Bittencourt; Amaro Sales De Araújo; Pedro Alves De Oliveira; Edilson Baldez Das Neves; Roberto Proença De Macêdo; Roberto Magno Martins Pires; Rivaldo Fernandes Neves; Denis Roberto Baú; Carlos Takashi Sasaí; João Francisco Salomão; Julio Augusto Miranda Filho; Roberto Cavalcanti Ribeiro; Ricardo Essinger.

### CONSELHO FISCAL

João Oliveira de Albuquerque; José da Silva Nogueira Filho; Francisco de Sales Alencar; Célio Batista Alves; José Francisco Veloso Ribeiro; Clerlânio Fernandes de Holanda.

### DIRCOM – Diretoria de Comunicação CNI/SESI/SENAI/IEL

#### Diretor

Carlos Barreiros

#### Gerente-executivo de Jornalismo

Rodrigo Caetano

### DESENVOLVIMENTO e PRODUÇÃO FSB COMUNICAÇÃO

#### Consultor editorial

Wladimir Gramacho

#### Jornalista responsável

Rachel Mello (DF 3877/95)

#### Reportagem

Gleice Mere

Iara Vidal

Vivaldo de Sousa

#### Projeto gráfico e editoração

Armando Salmito | FSB Design

André Monteiro

Daniel Barroca

#### Revisão de texto

Renata Portella

Informações técnicas: (61) 3317-9472

Fax: (61) 3317-9456

email: [revistacni@cni.org.br](mailto:revistacni@cni.org.br)

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

### ARTIGO DO PRESIDENTE



### ARTIGO DO PRESIDENTE

# 6



# SUMÁRIO



## REPORTAGEM DE CAPA

Como as questões institucionais e regulatórias atrapalham a produtividade brasileira

8

## JOSÉ MÁRCIO CAMARGO

Economista dá soluções práticas para mudanças na legislação

16

## DANIEL VILELA

Deputado defende reforma trabalhista

18

## INFOGRAFIA

Os números que revelam nosso atraso em relação às economias avançadas

20

## PELO MUNDO

Capacidade produtiva do Brasil cai enquanto a chinesa sobe rapidamente

22

## INDÚSTRIA EM AÇÃO

## IMPRENSA

Em artigo na *Folha*, CNI defende continuidade de reformas estruturais

28



## NOVA MESA

Eunício Oliveira e Rodrigo Maia prometem ajudar na recuperação da economia

30

## PREVIDÊNCIA

Hora de os empresários reforçarem o apoio a um sistema equilibrado

32

## COMPETITIVIDADE

## REFIS

As regras para aderir ao programa, cujo prazo se encerra em maio

34

## TERMÔMETRO ECONÔMICO



## INDICADORES

ICEI mostra que a queda nos juros estimulou o otimismo entre os empresários

36

## TERMÔMETRO

Pesquisas da CNI revelam sinais positivos em meio à incerteza

38



## GIRO BRASIL

Indústria moveleira do Maranhão está 60% mais produtiva

40

## GIRO GLOBAL



## GIRO GLOBAL

TPP sem Estados Unidos pode ser positivo para o Brasil

42

## SESI / SENAI / IEL



## SENAI

Os 75 anos da instituição que ajudou a transformar a educação brasileira

44

# A PRINCIPAL E MAIS URGENTE TAREFA

**O** mais cruel reflexo da atual recessão, que fez a economia recuar 7,2% em dois anos, é o vergonhoso recorde de 12 milhões de desempregados no país. No ano passado, mais de cinco mil trabalhadores brasileiros, por dia, contaram às famílias que perderam o emprego. A principal e mais urgente tarefa da política econômica, neste momento, deve ser elaborar programas que possibilitem a criação de postos de trabalho rapidamente.

A solução desse flagelo social exige o retorno dos investimentos. Para isso, é essencial que se restaure a confiança na capacidade de crescimento da economia e que se melhore o ambiente de negócios. Esses dois aspectos da solução necessitam avançar ao mesmo tempo, com a propositura pelo governo e a aprovação pelo Congresso de medidas e reformas para colocar o Brasil novamente no caminho do desenvolvimento.

A estabilidade fiscal, condição indispensável para a reorganização da economia, começou a ser viabilizada com a emenda constitucional que limita o aumento dos gastos públicos por 20 anos. Do mesmo modo, a reforma da Previdência Social é imprescindível para a sobrevivência dessa importante rede de proteção ao trabalhador e para o próprio equilíbrio orçamentário.

No capítulo do aperfeiçoamento do ambiente de negócios, o Brasil precisa remover os obstáculos ao funcionamento das empresas e à contratação de mão de obra. É necessário conferir segurança jurídica aos empreendimentos, descomplicar as regras tributárias e atualizar marcos regulatórios, por exemplo. Também é imperativo modernizar a legislação trabalhista, com a valorização das negociações coletivas e a regulamentação da terceirização.

Como são naturalmente afetados pela falta de confiança e demoram para ser construídos, os grandes projetos de infraestrutura só diminuem o desemprego a médio e longo prazos. Depois da aprovação de mudanças na lei do pré-sal, no fim do ano passado, o setor de petróleo e gás deve reagir. Também é possível revigorar áreas com resposta mais rápida, como o saneamento e a construção civil, com ênfase em empreendimentos habitacionais, o que já começou a ser feito.

Num momento em que o consumo interno ainda está fraco, algumas empresas podem encontrar nas exportações um caminho para retomar a produção, recuperar a capacidade operacional e financeira, e criar empregos. São exemplos de setores que ganhariam, ao apostar no mercado externo: o automobilístico, o de calçados e o de aço. A área calçadista, aliás, é a que tem melhor expectativa de empregos nos próximos meses.

Devem ser dadas às empresas condições de renegociar suas dívidas com os bancos. Só assim elas ganharão fôlego e poderão botar os compromissos fiscais e trabalhistas em dia. Nesse esforço, é crucial que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) retome o financiamento de longo prazo a custos compatíveis com a atividade industrial.

Os indicadores da economia já começaram a se recuperar, mas o processo tende a ser vagaroso.

Quanto mais rápido avançarmos nas medidas de restauração da confiança e de melhora do ambiente de negócios, maior será a capacidade de criar empregos. Um dos povos mais empreendedores do mundo, os brasileiros veem, no seu dia a dia, oportunidades de investir. Só estão à espera de um cenário mais favorável para tirar seus projetos do papel.



Foto: Miguel Ângelo / CNI

**Robson Braga de Andrade**

# OS ENTRAVES INSTITUCIONAIS NA PRODUTIVIDADE

A PASSAGEM A UM NOVO ESTÁGIO PRODUTIVO NA INDÚSTRIA NACIONAL EXIGE MAIOR QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES E MUDANÇA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO, AÇÕES QUE DEPENDEM, E MUITO, DE BRASÍLIA

**O**s especialistas divergem sobre quais são as ações mais efetivas para aumentar a produtividade da economia brasileira, especialmente na indústria. Alguns falam em programas de curto, médio e longo prazo para melhorar a qualificação dos trabalhadores. Outros lembram que as regras trabalhistas estimulam a rotatividade e obrigam os empresários a investirem mais em treinamento do que seria necessário caso os trabalhadores permanecessem em seus empregos. Todos concordam, entretanto, que um verdadeiro salto de produtividade só será alcançado quando governo federal e Congresso Nacional se convencerem de que o país tem perdido muito convivendo com uma legislação desatualizada nas relações de trabalho.

Mais especificamente, os analistas destacam a obsolescência da legislação trabalhista, a insegurança jurídica a que os empresários estão submetidos, a falta de valorização das negociações coletivas entre empresas e trabalhadores, a alta rotatividade da mão de obra

e a falta de regulamentação da terceirização. Tudo isso contribuiria para um rendimento muito baixo do trabalhador nacional, em comparação com o de economias desenvolvidas.

A alta rotatividade dos trabalhadores brasileiros é um dos principais fatores de desestímulo aos investimentos em qualificação por parte das empresas e, como consequência, ao aumento da produtividade. Segundo José Márcio Camargo, professor de economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), o empregador não treina o funcionário porque sabe que ele pode se demitir a qualquer momento.

Camargo avalia que, nos períodos de baixo desemprego, em que a oferta de vagas é maior, há um estímulo à troca de emprego porque os trabalhadores podem receber parte do dinheiro depositado no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e, durante um tempo, o seguro-desemprego, período em que acabam trabalhando sem registro em carteira. Tal situação, segundo ele, também beneficia

o empregador, que tem uma redução de custos ao não contratar formalmente o empregado.

Em 2012, quando as demissões no mercado formal somaram 20,428 milhões e a taxa de desemprego medida pelo IBGE ficou em 5,5%, o seguro-desemprego foi concedido a 7.779.832 trabalhadores, conforme dados do Ministério do Trabalho. No ano seguinte, quando a taxa de desemprego caiu para 5,4%, as demissões somaram 20,974 milhões e a concessão do seguro-desemprego aumentou para 8.291.800 benefícios. Em 2015 e 2016, quando a taxa de desemprego subiu para 8,5% e 11,8%, respectivamente, a concessão de seguro-desemprego caiu: 7.668.624, em 2015, e 7.142.819, em 2016.

Entre 2012 e 2013, a taxa de rotatividade do trabalhador brasileiro estava em 4,3% ao mês, conforme estudo feito em 2016 por José Paulo Zeetano Chahad, professor da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo (FEA-USP) e pesquisador da Fundação Instituto de



Foto: ESB Profissional / Shutterstock.com

*A baixa produção do trabalhador brasileiro faz do país uma das economias menos competitivas do mundo, entre as grandes*

Pesquisa Econômica (Fipe). No entanto, desde 2014, essa taxa vem caindo e fechou 2015 em 2,45% ao mês. Segundo ele, a queda é resultado da retração no mercado de trabalho formal e não de contratos de trabalho mais longos. Em 2016, segundo dados do Ministério do Trabalho, a taxa de rotatividade fechou em 3,58% no mês de dezembro e na indústria de transformação, em 1,89%.

O custo do trabalhador e a insegurança jurídica também prejudicam a produtividade. Segundo Sylvania Lorena, gerente-executiva de Relações do Trabalho da CNI, o custo unitário do trabalho, em dólar, aumentou 128% entre 2003 e 2013. Mas, do ponto de vista institucional, outros aspectos devem ser observados, como as rotinas de cumprimento da legislação e a insegurança jurídica.

Para Antonio Megale, presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), a insegurança jurídica é um fator importante que contribui para reduzir a competitividade dos produtos fabricados no Brasil.

Isso acontece, segundo ele, “quando, por exemplo, alguns acordos feitos entre empresas e sindicatos são anulados pelos órgãos da Justiça do Trabalho”. Nesse sentido, ele avalia que a proposta do governo protege os acordos negociados de forma legítima de possíveis anulações.

“A legislação trabalhista está desajustada às novas formas de trabalhar e de produzir. É preciso atualizá-la ao moderno conceito de relações do trabalho, que deve permear não só a necessária proteção do trabalhador, mas a produtividade e a competitividade”, afirma Sylvania Lorena. Ela lembra que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) nasceu na década de 1940, num momento de transferência de trabalhadores rurais para um mercado urbano em formação, no qual foram adotadas regras rígidas porque se considerava que somente a lei poderia garantir direitos trabalhistas.

No atual momento, em que o Brasil está inserido em grandes redes de competição global, é importante abrir “espaços para arranjos específicos de

trabalho”, disse Sylvania Lorena. Para ela, “a legislação de ontem não se encaixa na realidade atual, pois esbarra na falta de espaço para regimes e arranjos atípicos, flexíveis e dinâmicos de trabalho”. Ela cita como exemplos a possibilidade de diminuir o intervalo para almoço por meio de negociação entre empregados e empregadores e de negociar o local de trabalho, uma vez que algumas atividades podem ser feitas de casa.

“Ao reduzir o intervalo do almoço, o trabalhador vai se concentrar no processo de produção, elevando a produtividade. Mas, ao mesmo tempo, não precisaria trabalhar no sábado, aumentando o horário de descanso no final de semana. Quanto mais rígida a legislação, menos ela protege quem deveria”, avalia Sylvania. “A negociação coletiva poderá permitir rearranjos da cadeia produtiva de maneira dinâmica e ampliar as chances de as empresas serem mais produtivas, sem reduzir direitos dos trabalhadores e obtendo mais segurança jurídica”, resume.

Fernando Figueiredo, presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), também cita a CLT como um “marco legal inadequado, gestada para um Brasil agrícola” e que ainda gera muita insegurança jurídica. “Quem mais legisla no país, hoje, é a Justiça do Trabalho, com interpretações divergentes entre os tribunais regionais e o TST (Tribunal Superior do Trabalho)”. Ele ressalta, ainda, que o Judiciário e o Ministério Público do Trabalho desconsideram as negociações coletivas.

“Infelizmente, ao legislar por meio de súmulas, a Justiça do Trabalho vem contribuindo para criar passivos que são

impraticáveis e incomparáveis com outros países com os quais competimos na indústria química”, destaca Figueiredo. Outro problema, segundo ele, é a “ausência ou insuficiência de regulamentação em temas-chave, como a terceirização”, cujas regras estão em debate no Congresso Nacional. “Atualmente, tramitam na Justiça do Trabalho aproximadamente 8 milhões de ações. Considerando um mercado formal de 40 milhões de trabalhadores com carteira assinada, significa dizer que, para cada 5 trabalhadores formalizados, temos uma reclamação trabalhista”.

Para João Carlos Marchesan, presidente do Conselho de Administração

da Associação Brasileira de Indústrias de Máquina e Equipamentos (Abimaq), existem fatores que poderiam ser melhorados na área trabalhista. “Assegurar o reconhecimento das cláusulas negociadas das convenções ou acordos coletivos de trabalho, desde que não contrariem normas constitucionais e de higiene, saúde e segurança do trabalho, permitirá modernizar a complexa e antiquada legislação trabalhista brasileira, adequando-a às exigências da moderna forma de gestão das empresas, valorizando a negociação entre o empregador e seus trabalhadores, estes assistidos pelo seu sindicato”, afirma.

## OS DEZ PRINCIPAIS PROBLEMAS QUE ATRAVANÇAM O AUMENTO DA PRODUTIVIDADE NO BRASIL, SEGUNDO OS ESPECIALISTAS



**Mão de obra com baixa qualificação**



**Insegurança jurídica nas contratações**



**Alta rotatividade da mão de obra**



**Demasiados encargos trabalhistas**



**Baixo investimento em inovação**

**Obsolescência da legislação trabalhista**



**Desvalorização das negociações coletivas**



**Falta de regulamentação da terceirização**



**Ambiente econômico adverso**



**Ineficiência gerencial das empresas**



O estudo *Terceirização: Principais pontos em debate no Brasil comparativamente à realidade de outros países*, divulgado no ano passado pela CNI, mostra que a terceirização é tema essencial para a competitividade e para a modernização da produção e das relações do trabalho no Brasil. De acordo com o documento, “o mundo produtivo, econômico e trabalhista tem estado, há várias décadas, envolvido em uma mudança estrutural da sociedade, do mercado de trabalho e dos modos de produzir e trabalhar”. Esse processo decorre da crescente interconexão e globalização dos mercados, segundo o relatório.

Nesse contexto, “poucas empresas são competitivas, hoje, sem a realização de parcerias produtivas, conhecidas no Brasil como terceirização e, no exterior, geralmente como *outsourcing*”. Embora não haja uma regulamentação sobre o tema, há jurisprudência da Justiça do Trabalho de somente permitir a terceirização das atividades-meio, ainda que sejam diversas as interpretações sobre o que sejam essas tarefas. “Nosso entendimento é de que é necessária a regulamentação e que compete a cada empresa decidir quais atividades serão terceirizadas”, afirma Sylvia Lorena. Segundo ela, caberia à lei, apenas, definir as regras básicas da terceirização.

Na comparação com alguns países com os quais o Brasil compete internacionalmente ou que são referência em termos de regulamentação trabalhista, o foco, quando se fala em terceirização, é na livre iniciativa, conforme o estudo da CNI. Na África do Sul, por exemplo,

não há regulamentação da terceirização e o assunto é tratado como um contrato de natureza civil entre empresas. Cabe a cada empresa definir que atividades serão terceirizadas.

Em alguns casos, quando envolver transferência de parte do negócio e recontração de trabalhadores da empresa contratante pela contratada, pode haver obrigações trabalhistas a serem cumpridas. Mas isso ocorre somente em caso de transferência de trabalhadores, quando há, também, transferência do vínculo empregatício. A legislação não prevê responsabilidades específicas para as empresas contratantes em relação aos trabalhadores envolvidos diretamente no processo de terceirização. Cada empresa tem responsabilidades pelo cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias em relação aos seus respectivos empregados.

Na Alemanha, a terceirização é tratada como um assunto de direito civil relativo à contratação entre empresas de fornecimento de bens e serviços. Nesse sentido, os empreendimentos que participam da relação de terceirização são tratados como empresas clientes e empresas fornecedoras de serviços ou de bens. Ou seja, não é uma relação de fornecimento de mão de obra. De maneira geral, a contratação de fornecimento de serviços ou de produtos por outras empresas é permitida e não há restrições legais para a decisão das mesmas em terceirizar determinadas atividades.

A terceirização na Austrália é entendida como um assunto de natureza civil, e, portanto, como um contrato de direito privado entre empresas. A contratação

de fornecimento de serviços ou de produtos por outras empresas é permitida, não havendo restrições legais para a opção pela terceirização de determinadas atividades, nem exigência de autorizações prévias do Poder Público ou mesmo requisitos mínimos para o contrato, exceto os especificados na lei civil de forma geral. Mas há normas setoriais relativas a obrigações legais a serem observadas pelas empresas contratantes, ou empresas clientes, e pelas empresas contratadas, ou fornecedoras, em relação a determinadas atividades.

De acordo com o estudo da CNI, no Chile, a terceirização, classificada como trabalho em regime de subcontratação, é tratada como um assunto do âmbito das relações do trabalho. Designa-se o prestador de serviços e empregador do trabalhador, como o contratista ou subcontratista, enquanto o contratante dos serviços é denominado empresa principal. Apesar de controvérsias sobre mudanças no regime de subcontratação no Chile, o país segue com legislação que permite a terceirização geral, inclusive no setor público.

Antonio Megale, presidente da Anfa-vea, cita, também, os encargos trabalhistas como outro fator que reduz a competitividade das empresas brasileiras. “Além da insegurança jurídica, as questões trabalhistas passam ainda pelos altos encargos, que aumentam muito os custos de produção. Nestes pontos, vemos de forma positiva a reforma trabalhista proposta pelo governo, que prorrogou também uma medida importante, o Programa Seguro Emprego”.

## O RANKING DE COMPETITIVIDADE NO MUNDO

### Os dez países mais competitivos

 Suíça (1º)	 Suécia (6º)
 Cingapura (2º)	 Reino Unido (7º)
 Estados Unidos (3º)	 Japão (8º)
 Holanda (4º)	 Hong Kong (9º)
 Alemanha (5º)	 Finlândia (10º)
 Brasil (81º)	

## Os dez menos competitivos

 Congo (129º)	 Malawi (134º)
 Venezuela (130º)	 Burundi (135º)
 Libéria (131º)	 Chade (136º)
 Serra Leoa (132º)	 Mauritânia (137º)
 Moçambique (133º)	 Iêmen (138º)

Fonte: Fórum Econômico Mundial

O *Índice de Competitividade Mundial 2016* (*World Competitiveness Yearbook – WCY*), divulgado pelo *International Institute for Management Development* (IMD) e pela Fundação Dom Cabral, apontou a perda de espaço do Brasil no cenário competitivo internacional. O país ocupa, atualmente, a 81ª colocação no ranking geral, depois de perder 33 posições em quatro anos. O ranking de 2016, que avaliou 138 países, é uma espécie de termômetro do nível de produtividade e das condições oferecidas pelos países para gerar oportunidades e para que as empresas possam obter sucesso.

Depois de sucessivas quedas na lista, o Brasil está, agora, abaixo de países como Albânia, Armênia, Guatemala, Irã e Jamaica, além de ter ficado ainda mais atrás de países como Chile, África do Sul, Costa Rica, Colômbia, Peru e Uruguai. Segundo o Fórum Econômico Mundial, 118 variáveis são analisadas e agrupadas em 12 categorias, que incluem dados sobre saúde e educação primária, educação superior e treinamento, além de eficiência do trabalhador.

Para Hugo Ferreira Braga Tadeu, professor da Fundação Dom Cabral, o mau resultado brasileiro pode ser explicado pelos seguintes fatores: má qualidade das instituições, ambiente econômico adverso, baixos investimentos em inovação e ineficiência das empresas. “Sobre a qualidade das instituições, o debate é antigo e de amplo conhecimento público. Basta verificar a credibilidade da gestão pública e seus resultados. Há muitos anos, o economista Douglas North argumentava que um dos principais

pilares para o crescimento de um país depende, e muito, do funcionamento das suas instituições”.

Quando o tema é o ambiente econômico, diz Tadeu, preocupa a questão fiscal e a produtividade. “Muitos economistas argumentam que o ambiente econômico nacional está melhorando. No entanto, os dados disponíveis são claros quanto à elevada dívida pública nacional e à nossa capacidade de pagá-la”, avalia o economista. Segundo ele, “o reflexo desse desarranjo fiscal é a queda do investimento, a elevação dos juros futuros e as novas diminuições na produtividade nacional”. Com esse ambiente econômico, é natural que os investimentos em inovação caiam. Como muitas pesquisas relevam que o aumento do investimento em inovação tem impacto real na qualidade das empresas e na visão de futuro, esperar um aumento de produtividade no país em curto prazo tende a ser frustrante.

Outro problema estrutural que depende de uma política consistente em Brasília é o aumento da qualidade educacional do país. “O principal problema relacionado à questão do trabalho é a qualificação de pessoal”, afirma o professor Hugo Ferreira Braga Tadeu, pesquisador de inovação e produtividade da Fundação Dom Cabral, responsável pela divulgação, no Brasil, do *Relatório Global de Competitividade*, em parceria com o Fórum Econômico Mundial. “Nossa mão de obra tem deficiências em formação e a origem desse problema vem da baixa qualidade educacional. Nossas escolas não estão tirando boas ‘notas’, quando

comparadas internacionalmente e, claro, o reflexo é a qualidade da mão de obra do trabalho”, afirma.

Para resolver lacunas na oferta de mão de obra qualificada, algumas empresas, como a General Electric (GE) do Brasil, têm tomado a iniciativa de investir em treinamento e qualificação dos funcionários. “Acreditamos que investimentos em capacitação e qualificação de mão de obra, em desenvolvimento de lideranças, assim como numa ampla gama de treinamentos oferecidos aos funcionários, são fatores essenciais para desenvolver a competitividade dentro do ambiente profissional, impactando no resultado final da competitividade comercial da companhia”, avalia Gilberto Peralta, presidente e CEO da GE do Brasil. “A companhia investe, globalmente, mais de US\$ 1 bilhão por ano em seus colaboradores, apostando sempre em programas de capacitação e desenvolvimento profissional”, diz o executivo.

Peralta conta que a Crotonville Rio, braço brasileiro da universidade corporativa da GE, está constantemente desenvolvendo novos líderes e capacitando ainda mais seus funcionários. “Assim, o desenvolvimento de líderes locais estimula o crescimento da região e também cria novas estratégias para atender, de modo mais personalizado, às necessidades de mercados específicos”. Segundo ele, a empresa considera que “cerca de 80% do aprendizado especializado deve acontecer no ambiente de trabalho e esse exercício é resultado de desafios, oportunidades de crescimento e gerenciamento de desempenho dos

Gilberto Peralta, CEO da GE do Brasil, explica como a empresa tem solucionado problemas na formação de mão de obra



colaboradores". Por meio da aprendizagem no campus, de cursos ministrados in loco e em ambientes virtuais, a GE também oferece aos funcionários novas vivências, a fim de preencher os outros 20% do tempo de formação, diz Peralta.

Pesquisa divulgada no primeiro semestre de 2016 pelo Instituto Paulo Montenegro mostra que o setor industrial, onde a adoção de métodos de produção tecnologicamente avançados é constante, tem em sua força produtiva 2% de analfabetos e 21% de trabalhadores com nível rudimentar de alfabetismo. Neste grupo estão as pessoas que resolvem problemas simples do cotidiano envolvendo operações matemáticas elementares. O processo de qualificação profissional, contudo, não envolve apenas a educação básica, cujos resultados costumam ser de médio e longo prazo. Isso quer dizer que o aumento da produtividade no Brasil pela via educacional vai demorar a colocar o país no grupo de economias mais produtivas.

Os dados mais recentes do *Conference Board*, divulgados em 2016, mostram que o Brasil precisa de quatro trabalhadores para fabricar o mesmo que um trabalhador nos Estados Unidos. Ou seja, a produtividade fabril nacional é um quarto da americana. É a pior relação desde a década de 1950, quando a economia brasileira passava por um processo de internacionalização. No final de 2015, segundo o levantamento, um trabalhador brasileiro era capaz de produzir o equivalente a US\$ 29.583 ao ano, apenas 24,9% dos US\$ 118.826 produzidos por um norte-americano no mesmo período.

## A produtividade do trabalhador no Brasil e em países selecionados (valores anuais)

 Estados Unidos	US\$ 118.828
 Coreia do Sul	US\$ 71.287
 Brasil	US\$ 29.583
 China	US\$ 25.198

Fonte: Conference Board

Além da baixa qualificação dos trabalhadores e dos problemas a ela associados, os especialistas consideram que os processos produtivos no país também têm muito que avançar. “Dentro da fábrica, a principal medida para aumentar a produtividade seria melhorar as práticas gerenciais das empresas brasileiras”, diz o professor do Insper Naércio Menezes. Segundo ele, estudos mostram que a gestão de problemas técnicos e de pessoas, o estabelecimento de metas para cada setor e a fixação de remuneração e promoção baseados no desempenho ainda estão muito atrasadas na maioria das empresas industriais brasileiras com relação a empresas de outros países.

“Isso contribui para que a produtividade dessas empresas seja mais baixa, em média, do que em outros países do mundo”, afirma Menezes, um dos autores da pesquisa *A evolução da produtividade no Brasil*, divulgada pelo Centro de Políticas Públicas do Insper, em agosto de 2014. Além disso, segundo o professor, estudos mostram que as empresas familiares tendem a ter uma

produtividade mais baixa do que as não familiares e que as empresas estatais também têm produtividade mais baixa, em média, na comparação com empresas privadas.

Para Renato da Fonseca, gerente-executivo de Pesquisa e Competitividade da Confederação Nacional da Indústria (CNI), é preciso modernizar a legislação brasileira para permitir remunerar melhor os trabalhadores mais produtivos. “Assim poderemos valorizar os funcionários mais eficientes. Se a empresa tem um ganho de produtividade, isso precisa ser repassado para os trabalhadores. Quem produz mais deve ter uma remuneração melhor”, resume Fonseca. Para ele, melhorias no processo de gestão que aumentem a produtividade precisam ser boas para ambos os lados: empregador e empregado. Segundo Fonseca, é necessário realizar ajustes na legislação para dar segurança jurídica às empresas no sentido de estabelecer uma remuneração diferenciada para trabalhadores que executam uma mesma atividade, mas que apresentam diferentes níveis de produtividade.

Para Fernanda De Negri, diretora de estudos e políticas setoriais de inovação e infraestrutura do Instituto de Pesquisas Econômicas Avançadas (Ipea), melhorar constantemente a gestão e os processos produtivos são medidas fundamentais para aumentar a produtividade. Especialista no tema, ela diz que é preciso investir na qualificação dos profissionais e em novas tecnologias. “Se a empresa souber o que quer das novas tecnologias e tiver uma estratégia bem clara de inovação, investir nas habilidades dos trabalhadores pode alavancar significativamente sua produtividade e ainda compensar os investimentos iniciais”, afirma. Embora a automação não seja uma novidade, a estimativa da Federação Internacional de Robótica (IFR, na sigla em inglês) é de que, até 2018, haverá 18,3 mil robôs industriais sendo usados pelas empresas que operam no Brasil. Em 2016, foram vendidos 1,8 mil novos robôs às indústrias brasileiras, que demonstram tímida adesão quando comparadas a suas concorrentes em outras grandes economias. As fábricas chinesas, por exemplo, compraram 90 mil robôs no ano passado.

### Venda de robôs industriais em 2014-2016 em países selecionados

	2014	2015	2016
 China	57.096	68.556	90.000
 Coreia do Sul	24.721	38.285	40.000
 Japão	29.297	35.023	38.000
 Alemanha	20.051	20.105	21.000
 Itália	6.215	6.657	7.200
 Espanha	2.312	3.766	4.100
 França	2.944	3.045	3.300
 Índia	2.126	2.065	2.600
 Brasil	1.265	1.407	1.800
 Reino Unido	2.094	1.645	1.800

Fonte: *Executive Summary World Robotics 2016 Industrial Robots*/Federação Internacional de Robótica (IFR, na sigla em inglês)



Foto: José Paulo Lacerda / CNI

*Renato da Fonseca (CNI) defende que empresas possam recompensar mais os empregados por sua produtividade*

“Esses números são bastante impressionantes. No Brasil, podemos notar que o número de robôs ainda é pequeno com relação aos países mais avançados, mas tem crescido nos últimos anos. Nos países desenvolvidos, esse aumento já vem ocorrendo há mais tempo, então a taxa de crescimento atualmente já não é tão grande. Esse processo é inevitável. Os robôs têm substituído os trabalhadores com qualificação média em vários países na realização de tarefas rotineiras e repetitivas. Eles não conseguem substituir (ainda) os trabalhadores em cargo de direção nem aqueles que realizam tarefas que demandam presença física, como segurança e limpeza”, avalia Menezes.

João Alfredo Delgado, diretor de tecnologia da Abimaq, diz que tão importante quanto usar máquinas mais modernas é identificar, antes, quais os gargalos de cada empresa. “Se tenho uma fábrica de bolos na qual posso assar apenas quatro bolos ao mesmo tempo no forno, não adianta comprar uma máquina

que aumente a produção de massa porque o meu gargalo é em outro local”, exemplifica. Segundo ele, o investimento em automação é historicamente baixo no Brasil, mas, a rigor, o que importa é aumentar a saída dos produtos usando o mesmo capital que a empresa já tem.

“Na verdade, já passamos da fase da automação. Muitas empresas já têm robôs, embora as pequenas ainda estejam atrasadas. Mas hoje, na Alemanha e nos Estados Unidos, a discussão é sobre indústria 4.0, manufatura avançada e digitalização. É mais do que automatizar a produção. É pegar todos esses robôs e interligar num lugar só e fazer com que eles conversem entre si. Assim como é possível controlar sua casa do trabalho, a distância, programando tudo para funcionar de longe, esse é um processo que poderá ser aplicado também nas fábricas”.

Segundo Fonseca, é um processo similar ao aplicativo Waze, que reúne informações de trânsito repassadas pelos próprios motoristas e, a partir disso, indica

ao usuário qual o caminho mais rápido para chegar ao seu destino. “Ainda estamos atrás nesse processo da indústria 4.0, mas o Brasil, assim como outros países, tem uma indústria heterogênea e com uma legislação que faz com que empresas ineficientes sobrevivam quando elas já deveriam ter quebrado”, diz o gerente de pesquisa e competitividade da CNI.

Uma vantagem da indústria 4.0, segundo Renato da Fonseca, é a fabricação de produtos customizados com o mesmo nível de produtividade das linhas de larga escala. “Veja o exemplo do curso de inglês. Antigamente você ia para uma cidade do interior, era o único professor de inglês e cobrava quanto queria. Hoje, você entra na internet, tem 200 professores de inglês e há uma competição com profissionais do mundo inteiro. Essas pessoas conseguem entregar um curso customizado, de acordo com a demanda e interesse do aluno”. Isso também está acontecendo com os produtos feitos pela indústria.

# COMO MODERNIZAR AS RELAÇÕES DE TRABALHO

O ECONOMISTA JOSÉ MÁRCIO CAMARGO SUGERE MEDIDAS PRÁTICAS PARA APRIMORAR AS REGRAS DE CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES, INVESTIR EM TREINAMENTO E AUMENTAR A PRODUTIVIDADE

**E**conomista especializado na área de trabalho, o professor José Márcio Camargo, da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, diz que a alta rotatividade do trabalhador brasileiro e a dificuldade em demitir são dois grandes problemas que afetam a produtividade. A permanente entrada e saída de empregados, segundo ele, desestimula as empresas a investirem em qualificação. “O problema é que, com isso, o empresário não vai investir naquele trabalhador porque sabe que dali a pouco ele vai levar todo o investimento feito”, afirma. Camargo defende, ainda, que é preciso “facilitar a redução do salário do empregado para evitar que o desemprego seja muito alto”, especialmente em contextos de alta nas taxas de juros.

**O Brasil caiu no ranking mundial de produtividade. Como o senhor vê as propostas do governo Temer para enfrentar esse problema?**

Certamente, a produtividade na

economia brasileira sofreu uma queda substancial nos últimos anos. Um sintoma muito claro disso é a queda na taxa de investimento, que hoje está mais próxima de 16% do Produto Interno Bruto (PIB) do que era há três anos. Menos investimento, certamente, reduz produtividade. Isso é um problema porque a gente sabe que a única forma de crescer em longo prazo é gerando produtividade. Mas essa é apenas uma parte do problema. Há outras razões pelas quais a produtividade deve ter caído nos últimos anos.

## Quais são?

Tivemos um período de muita incerteza, de muita desorganização produtiva. Um período de aumento de subsídios para empresas específicas e uma tentativa de fechamento da economia: esses são fatores que tendem a gerar queda da produtividade e, conseqüentemente, da taxa de crescimento potencial da economia brasileira em longo prazo. Na minha

avaliação, houve uma queda de produtividade nesse período. Desde que mudou o governo, está ocorrendo uma reversão muito clara. O atual governo está imbuído num processo de reformas tanto macroeconômicas quanto microeconômicas, cujo objetivo é, exatamente, ter ganhos de produtividade.

## O que o senhor acha que teria mais impacto na área trabalhista?

A legislação trabalhista brasileira tem um ou dois grandes problemas. O primeiro é que ela gera um enorme incentivo para a rotatividade no posto de trabalho. Os trabalhadores ganham um prêmio quando são demitidos e os empresários se livram de alguns custos quando demitem os trabalhadores. O problema é que, com isso, o empresário não vai investir na qualificação daquele trabalhador porque sabe que ele vai querer ir embora dali a pouco, levando com ele todo o investimento feito. Com isso, temos pouco investimento



*As regras atuais estimulam a demissão quando os juros sobem, diz Camargo*

em treinamento nas empresas brasileiras. E isso faz com que a produtividade no Brasil não cresça. A produtividade desses trabalhadores não cresce porque as empresas não têm incentivo para investir na qualificação. Esse é um primeiro problema fundamental e precisa ser resolvido.

### **E como isso pode ser feito?**

Vou dar um exemplo. Quando a pessoa é demitida sem justa causa, recebe o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e tem, ainda, a multa sobre o saldo de indenização. Uma opção é deixar isso como está e criar uma opção para o trabalhador escolher deixar o Fundo de Garantia lá e tirar apenas quando se aposentar. Ou seja, deixar o trabalhador escolher. E esse valor que dele deixou para tirar apenas quando se aposentar teria um rendimento maior que o atual, que rende a Taxa de Referência (TR) mais 3%. O valor deixado lá poderia, por exemplo,

render 70% da Selic (taxa básica de juros). Tendo as duas coisas, o trabalhador escolhe.

### **Que outras alternativas teríamos?**

Outra possibilidade: por que não criar um contrato de trabalho por hora trabalhada, com o salário pago por hora, com um limite máximo de horas trabalhadas por dia, um limite de horas extras, um salário mínimo e condições sanitárias adequadas? Seria um regime com todas as condições do contrato normal, mas seria por hora trabalhada. O trabalhador poderia decidir quantas horas ele quer trabalhar, por dia ou por semana. Isso seria ótimo para a mão de obra feminina ou para os jovens. Os encargos trabalhistas seriam proporcionais ao número de horas trabalhadas, previstas no contrato. Não precisa mudar mais nada, apenas cria-se essa nova opção. Com isso, acredito que aumentaria o investimento em capital humano, na qualificação dos trabalhadores.

### **A rigidez do salário também é um problema?**

No Brasil, é difícil reduzir salários e fácil demitir. Isso significa que, toda vez que o Brasil precisa reduzir a taxa de inflação, como é difícil reduzir salários, permitido apenas por meio de negociação coletiva, a forma que o empresário tem de ajustar despesas é cortar sua folha de pessoal. Quando o Banco Central eleva os juros para reduzir a demanda, a opção que o empresário tem para se ajustar é demitindo o trabalhador. Isso significa que uma grande parte do ajuste vem via aumento do desemprego, ao invés de vir sob a forma de redução de salários. O salário não é rígido, mas ele é variável por meio da rotatividade. O empresário demite um trabalhador e contrata outro pagando salário menor, uma vez que ele não pode reduzir o salário de quem está empregado. Esse é um ponto importante que deveria ser considerado na legislação.

# REFORMA TRABALHISTA TRARÁ MAIOR SEGURANÇA

O DEPUTADO FEDERAL DANIEL VILELA, QUE LIDERA A COMISSÃO ESPECIAL DO TEMA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, EXPLICA AS VANTAGENS E GARANTIAS DA PROPOSTA DO GOVERNO

**P**residente da Comissão Especial da Reforma Trabalhista na Câmara dos Deputados, Daniel Vilela (PMDB-GO) afirma que a proposta enviada pelo governo federal ao Congresso Nacional dará mais tranquilidade ao setor produtivo para realizar contratações porque reduz o custo por empregar, desburocratiza as relações de trabalho e torna flexíveis horário e local de expediente. “O centro da reforma trabalhista é o acordado sobre o legislado. Isso permite uma melhor adequação das demandas dos funcionários e empregadores, de acordo com a especificidade de cada empresa, profissão e exigência do mercado”, diz o parlamentar.

**Como as mudanças propostas pelo governo Temer poderão melhorar a produtividade das empresas brasileiras e, conseqüentemente, a competitividade dos produtos nacionais?**  
A ideia central do projeto é facilitar as

negociações trabalhistas, removendo entraves legais anacrônicos, e permitir que a legislação atenda às novas relações de trabalho e às particularidades de cada setor e categoria profissional, mas sem revogar direitos adquiridos pelo trabalhador. Portanto, o ponto que se sobressai no projeto é a prevalência dos acordos coletivos sobre a legislação em casos específicos. Isso dará mais força para os sindicatos representarem os empregados nas negociações e também reduzirá a judicialização das relações de trabalho, o que gera um ambiente de maior segurança jurídica. Contudo, a construção do texto final a ser votado requer uma discussão muito ampla com diversos setores, para que não tenhamos retrocessos, especialmente no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores. Por esse motivo, agendamos dezesseis audiências públicas no âmbito da comissão. É para que todos tenham oportunidade de participar da discussão sobre o projeto.

**Como a mudança na legislação trabalhista pode contribuir para mudar o cenário atual de grave recessão econômica?**

Ao desburocratizar as relações, o setor produtivo terá mais tranquilidade para contratar, pois o custo com funcionalismo tende a ser menor, sem que isso represente perdas salariais para o trabalhador. O cenário atual é um fator de desestímulo não só para o empreendedor brasileiro, mas também para investidores internacionais, que acabam procurando investir em países com uma legislação mais moderna e menos complicada que a nossa CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

**Quais pontos o senhor considera mais importantes entre as mudanças propostas pelo governo Temer?**

O centro da reforma trabalhista



Foto: Lúcio Bernardo Jr. / Câmara dos Deputados

*Daniel Vilela lembra que o Projeto de Lei em discussão não revoga nem substitui a CLT*

proposta pelo governo federal é o acordado sobre o legislado. Isso permite uma melhor adequação das demandas dos funcionários e empregadores, de acordo com a especificidade de cada empresa, profissão e exigência do mercado. Fortalece também a representatividade dos sindicatos e agiliza acordos, que não precisam mais passar, via de regra, pela Justiça. Isso vai desenrolar o emaranhado legal que rege as relações de trabalho e desafogar o Judiciário, além de reduzir os riscos de judicialização do que foi negociado. O próprio presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Ives Gandra, falou em audiência na Câmara dos Deputados, admitiu que a Justiça do Trabalho está atolada e que, se nada mudar, logo estará inviável, devido ao volume de ações. São cerca de três milhões de novos processos por ano.

### **A reforma trabalhista, de alguma maneira, substitui a CLT?**

Temos que deixar claro que o projeto não revoga ou substitui a CLT. Na verdade, ele abre novas possibilidades dentro das relações trabalhistas, adequando a legislação à realidade atual e contemplando as novas tecnologias e modalidades de trabalho. Traduzindo de uma forma mais clara, a CLT continua valendo. Mas só que agora, caso seja aprovada a nova lei, há possibilidade de padrões e empregados negociarem alguns pontos, como parcelamento de férias, trabalho remoto, redução do horário de almoço em troca de uma jornada menor, entre outros. Tudo com uma maior segurança jurídica para ambas as partes, acabando com os acordos frágeis que existem hoje, que não têm valor legal e que depois são questionados na Justiça.

### **Além de educação e inovação, consideradas questões de médio e longo prazo, o que poderia ser mudado no Brasil para aumentar a competitividade das empresas nos próximos dois anos?**

Simplificar o sistema de tributação, garantir maior segurança jurídica ao ambiente de negócios e melhorar a qualidade dos investimentos em infraestrutura logística são passos fundamentais para o país conquistar maior competitividade. Não tem cabimento que uma obra como a ferrovia Norte-Sul, por exemplo, esteja aí há 30 anos consumindo recursos públicos sem que funcione. Também não é aceitável que uma obra desta magnitude, bem como outras similares, tenha erros de execução primários, que denunciavam o baixo nível de qualidade do que foi construído. Também acredito que temos que aperfeiçoar a qualidade dos financiamentos.

## 5

# CINCO FATORES QUE EXPLICAM A BAIXA PRODUTIVIDADE BRASILEIRA

Conheça as principais razões, segundo especialistas, pelas quais nossa posição nos rankings internacionais tem sido cada vez pior



## BAIXA QUALIFICAÇÃO DA MÃO DE OBRA

Trabalhadores mais qualificados têm maiores condições de produzir mais e melhor. Especialistas citam dois fatores para explicar esse problema: baixa qualidade da educação no Brasil, com um grande número de analfabetos funcionais, e falta de alinhamento entre os conhecimentos que as escolas e universidades transmitem e o que as empresas precisam para que o trabalhador seja mais produtivo.

### Nível educacional, por atividade econômica

	Analfabeto	Rudimentar	Elementar	Intermediário	Proficiente
Indústria extrativista e de transformação	2%	21%	54%	21%	3%
Construção	8%	33%	42%	14%	3%
Comércio	2%	19%	43%	26%	10%
Agropecuária e pesca	21%	49%	24%	6%	1%

Fonte: Instituto Paulo Montenegro

## ALTA ROTATIVIDADE DOS TRABALHADORES



A rotatividade é prejudicial porque inibe o investimento que as empresas poderiam fazer para corrigir a má formação da mão de obra. Entre 2012 e 2013, aproximadamente metade do estoque formal de trabalhadores mudou de emprego ao longo do ano. Essa taxa caiu demasiadamente em 2015, mas, de acordo com o especialista Paulo Chadad, isso reflete a desaceleração do mercado formal (ficou mais difícil encontrar um novo emprego) e não uma maior duração da relação de emprego.

### Taxa de Rotatividade Média Trimestral (2012 a 2015, em %)



Elaboração: Paulo Zeetano Chadad, em O Mercado de Trabalho em 2016: O Que Já Está Ruim Ainda Vai Piorar

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego / Caged

## FALTA DE VALORIZAÇÃO DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA



A dificuldade em conciliar as necessidades do empregado e do empregador, com a definição das rotinas e locais de trabalho (home office, por exemplo), benefícios, jornadas flexíveis e outras vantagens, tende a estimular a mudança de emprego, em vez da adequação das necessidades de ambas as partes. Acordos negociados permitem mais agilidade de adaptação às realidades econômica e regional, que mudam, ainda, de acordo com o porte de cada empresa.

### Acordos e convenções coletivas firmadas no Brasil (2012-2015)

	2012	2013	2014	2015
Na indústria	20.193	20.267	20.681	17.379
Em todos os setores	49.416	49.715	48.515	40.711

Fonte: CNES/MTE

## PROBLEMAS NA SEGURANÇA DO TRABALHO E NA NR 12



Avanço indiscutível para melhorar a segurança no trabalho, a Norma Regulamentadora 12 (NR 12) precisa ser aperfeiçoada de maneira a considerar as regras que já existiam antes de 2010. A distinção não deve ser feita entre uma máquina nova ou usada e sim entre uma segura e insegura. Aplicada à vida real, a NR 12 passou a considerar irregulares todos os equipamentos instalados antes de 2010. Máquinas fabricadas e adquiridas dentro da lei e dos padrões de segurança e sem histórico de acidentes, da noite para o dia, poderiam ser lacradas e as empresas, multadas.

### Inspeções realizadas na indústria em 2016 (janeiro a novembro)

Setor Econômico	Ações Fiscais	Trabalhadores Alcançados	Notificações	Autuações	Embargos/ Interdições	Acidentes Analisados
Na indústria	9 149	2 104 098	9 552	15 440	588	402
Em todos os setores	54.496	8.688.967	37.068	67.600	2.877	1.156

Fonte: Ministério do Trabalho / Sistema Federal de Inspeção do Trabalho

## NECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO DA TERCEIRIZAÇÃO



Em discussão no Congresso Nacional, a terceirização é uma realidade em todo o mundo. Usada nos mais diferentes países, é responsável pela geração de empregos, especialmente quando são consideradas as cadeias globais de valor. Um estudo de 2015 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta que 453 milhões de pessoas estavam empregadas em cadeias globais em 2013 (20,6% do total de empregados), frente a 296 milhões em 1995 (16,4% do total de empregados).

### Países onde a terceirização é amplamente permitida

 1. Alemanha	 4. Chile
 2. Austrália	 5. Colômbia
 3. Canadá	 6. Estados Unidos

Fonte: Confederação Nacional da Indústria (CNI)

# PRODUTIVIDADE É BAIXA E ESTÁ EM DECLÍNIO

ESTUDOS E RANKINGS INTERNACIONAIS MOSTRAM COMO  
AINDA HÁ MUITO QUE AVANÇAR PARA QUE O BRASIL ESTEJA  
AO NÍVEL DAS MELHORES ECONOMIAS

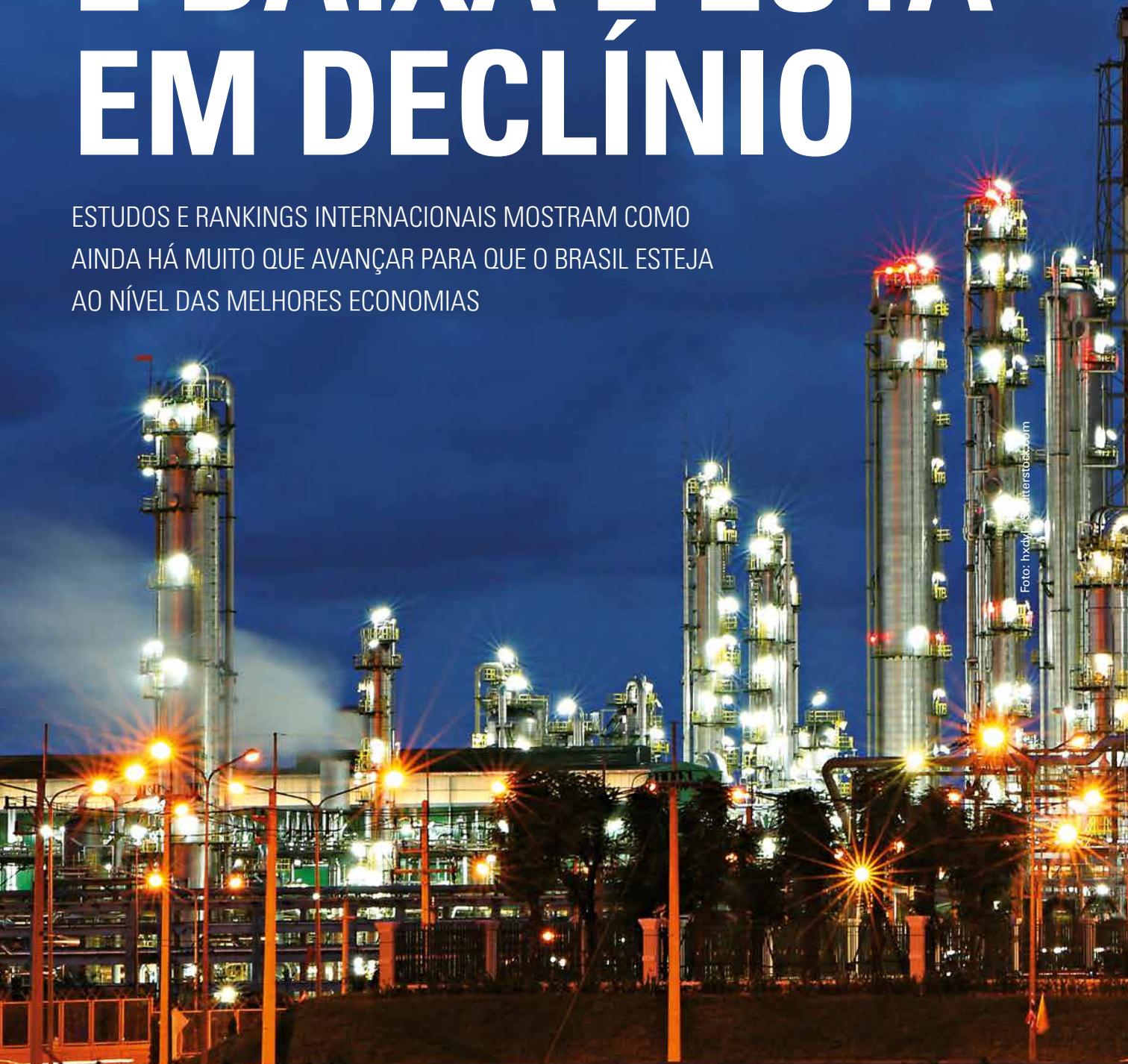


Foto: hxdy/istock.com

Diferentes estudos revelam que o trabalhador industrial nos Estados Unidos é um dos mais produtivos do mundo



Enquanto nos Estados Unidos as empresas de pequeno porte crescem, em média, cinco vezes a cada 25 anos, no Brasil elas permanecem praticamente do mesmo tamanho. A relação entre tamanho e idade da firma, tanto em número de trabalhadores quanto em faturamento, é muito fraca. A produtividade do trabalho simplesmente não aumenta ao longo do tempo. Essa é uma das conclusões de pesquisa realizada pelo professor Fernando Veloso, do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), ligado à Fundação Getúlio Vargas (FGV).

“Temos uma proporção muito elevada de firmas improdutivas que não saem do mercado. Elas entram no mercado,

não saem e também não crescem. É o contrário dos Estados Unidos, onde o ambiente de competição expulsa esse tipo de empresa do mercado”, afirma. Ou seja, não há, no Brasil, um processo de seleção natural das empresas mais produtivas. Com isso, a produtividade do trabalho não aumenta ao longo do tempo e a empresa não perde seu peso relativo.

O estudo, que faz uma análise de 35 setores das áreas de serviços, indústria e agropecuária, mostra que, entre 1950 e 1980, o Brasil teve ganhos de produtividade de 3,5% ao ano, índice que caiu para um crescimento médio de 0,5% a partir de 1980. Realizada em parceria com Regis Bonelli e Armando Castelar, entre outros especialistas em

produtividade, a pesquisa deve ser publicada em maio em forma de livro.

A partir de 2010, de acordo com os dados do estudo, houve uma queda de 0,3% ao ano na produtividade. “Um fator que contribuiu para isso foi a piora no ambiente de negócios em função da maior intervenção na economia, muitas vezes com o objetivo de incentivar alguns setores”, afirma Veloso. “Embora o objetivo fosse estimular, o efeito foi muitas vezes o oposto”. Hoje, afirma, o país passa por um momento melhor, com diversas propostas já encaminhadas ao Poder Legislativo e mudanças de marcos legais que estimulam os investimentos privados. “Mas o processo de recuperação será lento”, adverte o pesquisador.

### Produtividade no Mundo: Brasil e países selecionados, por setor e total (US\$)

	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços
 EUA	89.318	66.271	109.937	85.647
 Irlanda	84.949	27.976	114.873	80.397
 Austrália	67.555	65.469	88.358	61.589
 França	66.488	50.027	64.056	69.225
 Japão	64.967	18.102	70.607	65.400
 Reino Unido	56.729	25.184	70.852	54.643
 Coreia do Sul	52.503	24.290	74.759	44.429
 México	25.260	6.109	31.423	27.836
 China	14.792	3.599	25.661	18.549
 Brasil	14.689	4.779	19.389	15.814
 Índia	8.423	2.224	11.984	17.307

Fonte: A produtividade é calculada a partir de dados da *Socio Economic Accounts* convertidos em preços internacionais, usando a Paridade do Poder de Compra (PPP) obtida da *Penn World Table 8.1*. São usados dados de 2009

Elaboração: Fernando Veloso, Silvia Matos, Pedro Cavalcanti Ferreira e Bernardo Coelho  
 Observação: Os dados de produtividade são expressos em US\$ PPP, usando a PPP agregada.  
 Com exceção do Brasil, os países estão ordenados de forma decrescente pela produtividade total.

Os dados mostram que, na comparação com outros países, o Brasil tem um problema sistêmico de produtividade. “Nossa produtividade é baixa em todos 35 setores estudados. Não existe, no país, nenhum setor que esteja próximo da fronteira tecnológica, que eventualmente poderia receber mais incentivos. Mesmo alguns setores altamente produtivos na indústria e alguns segmentos de serviços estão muito longe da produtividade dos mesmos setores nos Estados Unidos”, diz Veloso.

Num conjunto de 11 países selecionados, a produtividade setorial da indústria brasileira, de US\$ 19.389 por trabalhador/ano, fica acima, apenas, do desempenho da indústria na Índia, com

US\$ 11.984. Os Estados Unidos, que obtiveram a maior média dentre o conjunto estudado (US\$ 89.318), têm uma produtividade na indústria equivalente a 5,7 vezes a brasileira, maior inclusive do que a apurada pelo *Conference Board*, de apenas quatro vezes. Entre os três setores, a indústria é a de produtividade mais elevada no Brasil, ficando à frente dos serviços (US\$ 15.814) e da agropecuária (US\$ 4.779). “Isso sugere que uma realocação do emprego entre setores tem o potencial de aumentar a produtividade no Brasil”, avalia o professor da FGV.

O estudo mostra, ainda, que, embora o auge da transformação estrutural da economia brasileira tenha ocorrido entre 1950 e 1980, a proporção de população

ocupada na agropecuária ainda é bem maior no Brasil (17,4%) do que nos Estados Unidos (0,9%) e em outros países desenvolvidos, como Reino Unido (1,7%). No grupo de países analisados, somente China e Índia têm uma população maior na agropecuária.

Por outro lado, a parcela da população brasileira que trabalha na indústria (20,5%) é próxima da observada nos Estados Unidos (19,0%), na França (20,9%) e na Austrália (21,3%) e maior do que no Reino Unido (16,4%). Apesar de ser bem menor que nos Estados Unidos, a participação do setor de serviços no emprego no Brasil (62,1%) é próxima à registrada na Irlanda (66,0%), na Coreia do Sul (66,7%) e no México (59,5%).

## Alocação Setorial da População Ocupada: Brasil e países selecionados

	Indústria	Agropecuária	Serviços
 Irlanda	28,2%	5,7%	66,0%
 China	27,8%	38,1%	34,3%
 México	26,1%	14,4%	59,5%
 Coreia do Sul	25,9%	7,4%	66,7%
 Japão	24,4%	5,1%	70,6%
 Austrália	21,3%	3,2%	75,5%
 França	20,9%	3,4%	75,7%
 Brasil	20,5%	17,4%	62,1%
 Índia	19,9%	53,7%	26,3%
 Estados Unidos	19,0%	0,9%	80,1%
 Reino Unido	16,4%	1,7%	81,9%

Fonte: *Socio Economic Accounts*. São usados dados de 2009

Elaboração: Fernando Veloso, Silvia Matos, Pedro Cavalcanti Ferreira e Bernardo Coelho

No Brasil, pesquisas mostram que, no que diz respeito às mudanças na composição setorial, no período 2000-2009, cerca de metade do crescimento na produtividade do trabalho agregada decorreu de mudanças na composição do emprego em favor dos setores mais produtivos, especialmente da agropecuária para os serviços. No entanto, no período 2009-2012, o componente estrutural teve contribuição de apenas 3%.

Embora a produtividade do Brasil possa aumentar se nossa alocação setorial de trabalho se aproximar da observada nos países desenvolvidos, os ganhos potenciais são muito maiores caso nossa produtividade setorial convirja para o nível observado nas dez economias selecionadas, sugere Veloso. Se o Brasil tivesse a mesma alocação da população ocupada observada nos Estados Unidos, a produtividade aumentaria 68%. Se o Brasil tivesse produtividade igual à norte-americana em todos os setores, a produtividade aumentaria 430%.

Usando metodologia diferente, uma pesquisa divulgada em 2014 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

(Ipea) comparou a produtividade do trabalho no Brasil entre 1995 e 2009 com quatro países: China, México, Estados Unidos e Alemanha.

No Brasil, o crescimento acumulado da produtividade foi de 13,6% para todo o período 1995-2009, o que significa uma taxa média de crescimento anual de apenas 0,9%. Enquanto isso, a evolução da produtividade do trabalho na China teve um crescimento acumulado no período de 226,8%, o que significa um crescimento médio anual de 8,8%, conforme o estudo, de autoria dos economistas Thiago Miguez e Thiago Moraes.

Dentre os demais países, os EUA apresentaram a segunda melhor performance, com crescimento acumulado de 33,8% e média anual de 2,1%. A Alemanha também apresentou um desempenho bastante consistente, mas o início da crise de 2008-2009 afetou seriamente sua trajetória, que saiu de um crescimento acumulado de 15,6% em 2007 para terminar 2009 com 9,1%, chegando ao fim da década praticamente com o mesmo nível de produtividade de 2004.

O México apresentou um comportamento bastante inconstante ao longo do período, com um bom crescimento no fim da década de 1990, ficando praticamente estável durante a década de 2000, e foi, certamente, o mais afetado pela crise que eclodiu em 2008-2009. O crescimento acumulado, que já era de apenas 7,1% em 2007, foi perdido em dois anos, a ponto de chegar em 2009 com uma retração acumulada de 3,8%, o que representou uma perda de produtividade média anual de 1,4% no período 1995-2009.

Em 1995, a produtividade da economia brasileira era 8,6 vezes superior à chinesa, enquanto em 2009 ela foi reduzida para 3,0 vezes, conforme a pesquisa de Miguez e Moraes. Para ambos os anos, a distribuição das contribuições pelos macrossetores na determinação do diferencial de produtividade ficou bastante parecida, evidenciando que o processo de crescimento chinês, em relação ao Brasil, foi razoavelmente homogêneo e acelerado, reduzindo bastante o diferencial de produtividade em um tempo relativamente curto.

### Produtividade do trabalho em países e anos selecionados (US\$ 1.000/trabalhador)

	1995	2000	2005	2009
 Brasil	9,1	9,7	9,7	10,4
 China	1,1	1,5	2,3	3,5
 México	9,3	10,2	9,9	9,0
 Estados Unidos	55,4	62,4	70,4	74,1
 Alemanha	60,7	64,4	67,3	66,3

Fonte: *Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes* – Volume 1 – Ipea, 2014

Elaboração: Thiago Miguez e Thiago Moraes



*Historicamente menos produtiva que o Brasil, a China tem reduzido a distância de modo acelerado desde o início do século*

A agropecuária teve papel importante na determinação desses diferenciais de produtividade, sendo responsável por 5,9% do diferencial em 1995 e subindo para 6,4% em 2009, apesar da queda no peso relativo desta atividade na estrutura de ocupações brasileira, que passou de 26% em 1995 para 17,4% em 2009. Nesse caso, o elemento preponderante para a contribuição foi o correspondente à comparação setorial internacional, isto é, a produtividade relativa da agropecuária brasileira em relação à chinesa que, mesmo com a queda, continuou em níveis elevados.

Já as atividades da indústria de transformação foram responsáveis por 19% do diferencial em 1995, passando a 18,3% em 2009. Dentre estas, segundo os dois economistas, chama a atenção o fato de todas as atividades brasileiras terem apresentado redução em seu diferencial de produtividade em relação aos seus pares chineses entre os dois anos, com exceção apenas de Celulose, Papel, Impressão e Publicação, que apresentou ligeiro incremento no

diferencial de produtividade, passando de 7,8 para 8 vezes.

Ainda na indústria de transformação, o estudo destaca o crescimento da produtividade do trabalho na China das atividades Metalurgia e Produtos de Metais, Metalurgia e Produtos de Metais, Coque, Refino de Petróleo e Combustível Nuclear e Produtos Químicos. Na decomposição das contribuições, denota-se que estas atividades registraram uma redução do diferencial de produtividade para seus pares no Brasil, ao mesmo tempo em que suas respectivas produtividades cresceram a taxas superiores ao crescimento agregado da produtividade na economia chinesa, contribuindo positivamente para a redução do diferencial agregado de produtividade.

Na comparação da produtividade do trabalho da economia brasileira com a mexicana, do ponto de vista agregado, durante todo o período em análise, os valores foram muito parecidos, segundo Miguez e Moraes. No entanto, no último ano da série, a redução da atividade econômica mexicana, em decorrência da crise financeira de 2008, nota-se o surgimento de um pequeno diferencial

de produtividade em favor da economia brasileira. Com relação aos valores para os dois anos em análise, em 1995 não houve praticamente diferencial de produtividade agregada entre estes dois países, sendo os valores 9,1 no Brasil e 9,3 no México. Já em 2009, a produtividade brasileira foi 1,2 vezes superior à mexicana, com valores de 10,4 no Brasil e 9,0 no México.

Na indústria de transformação, houve clara vantagem das atividades brasileiras no período analisado. Das 14 atividades desta indústria, em 11 a produtividade brasileira foi superior, com destaque para atividades cuja produção predominante corresponde a bens de capital, tais como máquinas e equipamentos e equipamentos elétricos e ópticos. Na primeira, a produtividade brasileira foi de 3,36, enquanto na segunda, 4,5 vezes acima da produtividade destas mesmas atividades no México. A liderança sobre o México, contudo, não deve funcionar como desculpa para reduzir a marcha em busca de maior produtividade, pois os líderes ainda estão muito à frente.



Foto: Miguel Ângelo / CNI

## MUDANÇAS ESTRUTURAIS PRECISAM CONTINUAR, DIZ PRESIDENTE DA CNI

Em artigo publicado pelo jornal *Folha de S.Paulo*, Robson Braga de Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), afirma que as mudanças estruturais delineadas na segunda metade de 2016 precisam ser aprofundadas neste ano. A busca pelo reequilíbrio fiscal e a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do teto dos gastos foram avanços estruturais, mas precisam ser seguidos, entre outros, pela reforma da Previdência. Ao enumerar as melhorias a serem continuadas, Andrade aponta que o avanço dessa agenda, nos primeiros meses de 2017, é imprescindível.

## PRORROGADAS AS INSCRIÇÕES PARA O 6º PRÊMIO MARCANTONIO VILAÇA

Interessados em concorrer à 6ª edição do Prêmio CNI Sesi SENAI Marcantonio Vilaça para as Artes Plásticas, vigência 2016-2018, têm até o dia 10 de março para se inscreverem. Essa edição contemplará cinco artistas com R\$ 50 mil cada, e um curador com R\$ 25 mil. Os vencedores serão divulgados em agosto. Haverá mostras itinerantes das obras dos artistas e do curador contemplados. A premiação visa a contribuir para a interação entre a atividade cultural e o desenvolvimento econômico do país, estimulando as artes e a formação educacional.



Foto: Miguel Ângelo / CNI



Foto: Matej Kastelic / Shutterstock.com

## IEL REALIZA CURSO DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL) promove, entre 30 de março e 1º de abril e de 6 a 9 de abril, em Brasília, o curso de Relações Governamentais na Estratégia Corporativa. A iniciativa é direcionada a executivos de médias e grandes empresas que buscam capacitação de excelência na área. O conteúdo versa sobre o funcionamento de normas, projetos, regulamentações e leis nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. As inscrições podem ser feitas no site da Confederação Nacional da Indústria (CNI) até 48 horas antes do início do curso. As vagas são limitadas.

## INDÚSTRIA BRASILEIRA PRESENTE EM ENCONTRO NOS EMIRADOS ÁRABES

A CNI representou o Brasil na cúpula internacional sobre o futuro da indústria manufatureira, ocorrida em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes. Recentemente, a CNI assinou um acordo com o Global Manufacturing and Industrialization Summit (GMIS) – fórum transnacional sobre o futuro da indústria – no qual se prevê a cooperação entre as instituições para a 4ª Revolução Industrial (transformações digitais). A parceria servirá para compartilhar as oportunidades criadas na cadeia global de valor dos participantes e parceiros do GMIS.



Foto: Nadezda Murmakova / Shutterstock.com

## AL-INVEST AJUDARÁ 500 EMPRESAS A EXPORTAR

O projeto Rota Global, desenvolvido pela CNI em parceria com a União Industrial Argentina (UIA) e o Parque Tecnológico de Extremadura, na Espanha (Fundecyt-Pctex), contará com recursos europeus para fomentar a internacionalização de empresas. A iniciativa ajudará 500 indústrias a começarem a exportar e terá R\$ 1,2 milhão em recursos provenientes do AL-Invest, um programa da Comissão Europeia para fomentar a produtividade e a competitividade de micro e pequenas empresas na América Latina, como forma de combater a pobreza e a desigualdade social.

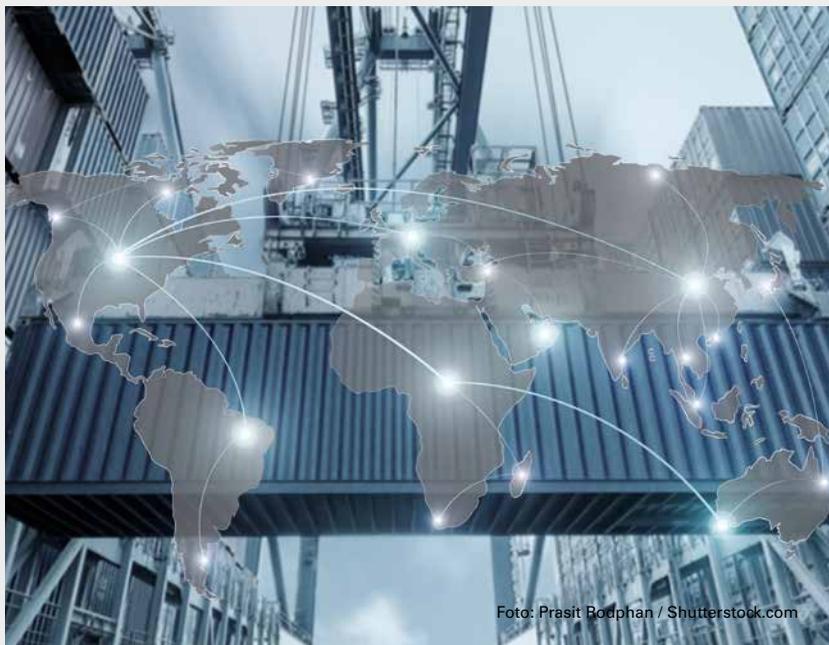


Foto: Prasit Rodphan / Shutterstock.com

# LEGISLATIVO QUER RETOMADA DO CRESCIMENTO

NOVOS PRESIDENTES ELEITOS DA CÂMARA E DO SENADO, RODRIGO MAIA E EUNÍCIO OLIVEIRA, APOIAM PAUTAS REFORMISTAS PARA TIRAR O PAÍS DA CRISE ECONÔMICA E RETOMAR A CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES



Rodrigo Maia e Eunício Oliveira: compromisso com as reformas e diálogo amplo

**S**ob nova liderança para o biênio 2017-2018, com o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) à frente da Presidência da Câmara dos Deputados, e o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) como presidente do Senado Federal, o Congresso Nacional deve adotar uma agenda reformista. Ambos compartilham desse compromisso para a retomada do crescimento do país.

Rodrigo Maia, 46 anos, foi eleito com 293 votos. Ele preside a Casa desde julho passado, em substituição ao ex-deputado Eduardo Cunha, afastado do cargo pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e que teve, posteriormente, o mandato cassado pelos colegas.

À revista **Indústria Brasileira**, Maia afirmou que a prioridade da Casa será sempre a manutenção do diálogo, com a agenda dedicada à urgente missão de votar as reformas propostas para as legislações trabalhista e previdenciária,

ainda no primeiro semestre, e tributária, no início da segunda metade do ano.

Maia avalia que a Câmara deve protagonizar as reformas do Estado brasileiro, que é ineficiente e caro. Depois dessas matérias, a Casa debaterá o pacto federativo e os temas de segurança pública.

“Antes de tudo, precisamos reorganizar o Estado brasileiro, pois sua ineficiência vem prejudicando o trabalhador brasileiro – com aumento do desemprego e da taxa de juros”, antecipa.

O presidente da Câmara avalia que, se o Estado estiver equilibrado, haverá condições de entregar um país com a economia crescendo, o desemprego caindo e, principalmente, a taxa de juros menor, porque as famílias e as empresas estão extremamente endividadas.

“Entendo que essas reformas vão trazer um impacto decisivo na retomada das atividades da indústria, pois o setor é um grande termômetro da economia, com o

aumento da produção e da oferta de emprego”, observa Maia.

Eunício Oliveira, 64 anos, foi eleito com o apoio de 61 senadores. Na apresentação de sua candidatura, sinalizou o compromisso com a retomada do crescimento do país por meio de uma agenda reformista.

“O Senado Federal tem a obrigação de trabalhar em colaboração com os demais Poderes e instituições da República, para implementar ações que coloquem o Brasil nos trilhos do crescimento e dos investimentos que geram emprego e mais justiça social”, afirmou.

O presidente do Senado, em seu discurso de posse, sinalizou que dará amplo apoio às reformas em tramitação na Câmara. “A confiança em nossas instituições só será conquistada com a retomada do diálogo entre governo, partidos, entidades sindicais, entidades empresariais e sociedade civil organizada”.



Foto: Rosalba Matta Machado / Shutterstock.com

# EMPRESÁRIOS DEVEM APOIAR REFORMA DA PREVIDÊNCIA

MUDANÇA NO SISTEMA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DEPENDE, TAMBÉM, DO ENGAJAMENTO DO SETOR PRODUTIVO PARA SER APROVADA PELO CONGRESSO

**A** Comissão Especial que analisa a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 287/2016, de autoria do governo federal e que contempla a reforma da Previdência, está a pleno vapor na Câmara dos Deputados. O relator da matéria, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), antecipa que gostaria de ver seu relatório aprovado no colegiado já na primeira quinzena de abril. “A reforma da Previdência se justifica por dois fatores: a redução do número de pessoas que contribuem e o aumento das que recebem. Se nada for feito, até 2024 não haverá mais Previdência Social, de acordo com o que mostram os cálculos atuariais”, justifica.

A aprovação da reforma, contudo, depende de um grande esforço de comunicação com a sociedade e entidades de classe, para que a proposta corrija os desequilíbrios existentes nas regras atuais. Na avaliação do diretor de Políticas

e Estratégia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), José Augusto Fernandes, os empresários brasileiros cumprem papel fundamental de esclarecer aos trabalhadores os benefícios provenientes da reforma da Previdência Social, cujo elemento primordial é garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário para todos.

“A reforma trará estabilidade e segurança para a economia em médio prazo e contribuirá para reduzir o potencial de instabilidade, de risco e de pressão da carga tributária”, observa Fernandes. Para a CNI, adiar o ajuste nas regras previdenciárias significa privilegiar a geração atual de trabalhadores em detrimento daqueles que ainda entrarão no mercado de trabalho, aumentando o custo suportado pela futura geração. As projeções indicam que os critérios atuais para concessão, cálculo e reajuste dos benefícios não são atualmente equilibrados.

O presidente da Comissão Especial, deputado Carlos Marun (PMDB-MS), considera a reforma da Previdência não apenas necessária, mas imprescindível para a retomada do crescimento do país. “É uma maneira de passar para o mundo uma imagem de responsabilidade fiscal”, sintetiza. Ele acredita que a proposta estará aprovada tanto na Câmara quanto no Senado até o final do primeiro semestre.

A reforma da Previdência é uma das prioridades do governo federal e tema recorrente nas discussões do setor produtivo brasileiro. É tão importante que integra documento elaborado pela CNI e entregue ao presidente da República, Michel Temer, no qual estão listadas 36 medidas fundamentais que deveriam ser implementadas pelo governo federal para recuperar a confiança dos investidores.

*Para o relator Arthur Oliveira Maia, a reforma da Previdência é um problema de todos*



Foto: Lucio Bernardo Jr / Câmara dos Deputados

# ADESÃO AO NOVO REFIS ACABA EM MAIO

PROGRAMA DA RECEITA FEDERAL PERMITE QUE CONTRIBUÍNTES PARCELEM O PAGAMENTO DAS DÍVIDAS, MAS NÃO OS ISENTA DE MULTAS E JUROS

**A**té o dia 31 de maio, pessoas físicas e jurídicas e órgãos do poder público poderão regularizar sua situação fiscal e previdenciária e parcelar dívidas contraídas com o governo federal por meio do novo programa de regularização tributária (Refis). A adesão deve ocorrer por meio de requerimento entregue em até 120 dias após regulamentação pela Receita Federal (RF). O valor mínimo da parcela é de R\$ 200 para pessoas físicas e R\$ 1.000 para empresas.

De acordo com a Receita, o único benefício a quem aderir ao programa será o parcelamento da dívida, pois não haverá desconto no valor dos juros e multas como em programas similares anteriores.

Como a medida que institui o Refis ainda precisa passar pelo crivo do Congresso Nacional, alterações podem ser incluídas no texto final. Essa é a expectativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que defende a não aplicação de multa ou incidência de juros sobre

o saldo devedor. “Entendemos que, com 120 meses de parcelamento, os valores de face vão dobrar e, conseqüentemente, os devedores não terão condição de pagar”, avalia Marcos Guerra, vice-presidente da CNI.

Com o pagamento de parte dos débitos à vista, o governo espera arrecadar cerca de R\$ 10 bilhões neste ano. Esses recursos podem ajudar a atingir a meta fiscal de déficit primário de até R\$ 139 bilhões para as contas da União em 2017.



*CNI defende a não aplicação de multa ou incidência de juros sobre o saldo devedor*

## REGRAS



1 Participantes de outros programas de refinanciamento podem manter seus parcelamentos e aderir ao novo Refis, ou migrar os débitos para a nova modalidade.



2 Contribuintes precisam desistir das ações judiciais que tenham sido objeto de débitos incluídos no programa.



3 Devedores devem calcular e recolher o valor à vista ou dividir a dívida pelo número de prestações pretendidas.



4 Dívidas vencidas até 30 de novembro de 2016 poderão ser parceladas de 24 a 120 meses.



5 Créditos podem ser utilizados para liquidar até 80% da dívida, desde que os outros 20% sejam pagos à vista – ou parcelar 24%, em 24 meses.



6 Dívidas para quem não tenha créditos junto ao Fisco podem ser liquidadas em até 120 parcelas, com o comprometimento de menos recursos nos primeiros anos: 0,5% em 2017; 0,6% em 2018; 0,7% em 2019; e 0,93% nos 84 meses restantes.



7 Créditos em valor inferior aos 80% ou 76% podem ser utilizados para desconto nos débitos, que podem ser parcelados em até 60 meses e começam a contar após o pagamento à vista de 20%, ou após o pagamento da 24ª prestação.



8 Falta de pagamento de três parcelas consecutivas, ou seis alternadas, implicará na exclusão do contribuinte do programa.



9 Constatação de qualquer esvaziamento patrimonial do devedor para fraudar o parcelamento implicará na exclusão do contribuinte, assim como a decretação de falência ou extinção, pela liquidação, da empresa optante – entre outras vedações.

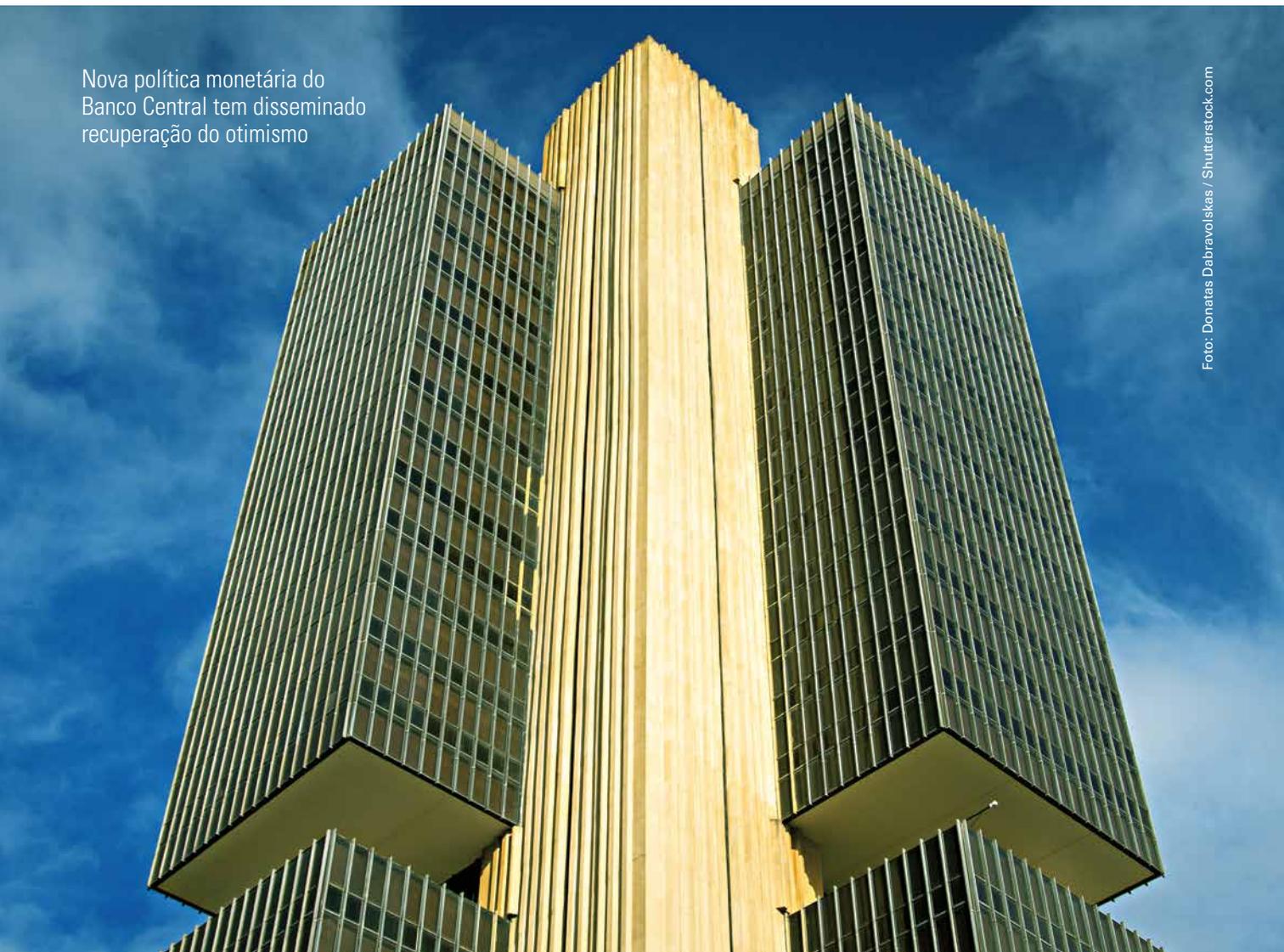


10 Adesão ao Refis gera certidão negativa para o contribuinte, que deve manter a regularidade não só das parcelas, mas da dívida corrente, de modo a evitar ser excluído do programa.

# QUEDA NOS JUROS PUXA VOLTA DO OTIMISMO

INFLAÇÃO SOB CONTROLE E REDUÇÃO DA TAXA BÁSICA DE JUROS  
INJETAM ÂNIMO NO EMPRESÁRIO DA INDÚSTRIA, MAS REFORMAS  
ESTRUTURAIS SÃO NECESSÁRIAS PARA SUSTENTAR CRESCIMENTO

Nova política monetária do  
Banco Central tem disseminado  
recuperação do otimismo



**A** melhora das expectativas do empresário com os rumos da economia contribuiu para o aumento do otimismo na indústria. Em fevereiro, o *Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI)* chegou a 53,1 pontos, 3 pontos acima do indicador de janeiro. Embora o nível de confiança ainda seja baixo, o indicador começa a revelar a consolidação de um novo patamar de perspectiva para o curto prazo. Para efeito de comparação, no mesmo mês de 2016, o ICEI estava em, apenas, 37,1 pontos.

A gradual convergência da inflação para o centro da meta de 4,5% ao ano, percebida desde o fim de 2016, e os recentes cortes na taxa básica de juros, pelo Banco Central, são os principais motivos para o aumento do otimismo. “A redução mais acentuada da Selic, embora permaneça elevada, dá um sinal positivo para a economia, abre espaço para a retomada do consumo e reduz o custo do

crédito para o empresário”, diz Marcelo Azevedo, economista da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Este foi o segundo mês consecutivo no qual o ICEI permaneceu acima dos 50 pontos, marca que separa o otimismo do pessimismo. Quando se analisam os componentes do indicador, percebe-se que a melhora se deve, justamente, a expectativas em relação à economia. Aos 53,7 pontos, o índice ficou 3,5 pontos acima do registrado em janeiro e foi 22,2 pontos superior ao de fevereiro de 2016.

Embora o indicador ainda esteja abaixo da média histórica, de 54,1 pontos, a pesquisa de fevereiro deu sinais de que o otimismo está mais disseminado entre os setores das indústrias extrativa, da construção e da transformação. Se, em janeiro, o ICEI havia ficado abaixo de 50 pontos em 21 dos 32 setores pesquisados, a edição de fevereiro constatou

falta de confiança em apenas sete deles. “Os empresários percebem que o pior ficou para trás”, afirma Azevedo.

O ICEI é importante porque antecipa tendências de produção e de investimento do empresário da indústria. Quanto mais confiantes, mais acreditam no aumento do consumo e da produção, o que pode levar a novas contratações e novos investimentos.

Além da inflação sob controle e que das mais acentuadas na taxa básica de juros, outros fatores que podem animar a indústria, em 2017, estão ligados à agenda de reformas em discussão no Congresso Nacional, ainda que seus efeitos venham a ser sentidos no longo prazo. A aprovação de um teto para o crescimento do gasto público, em dezembro de 2016, sinalizou com disciplina fiscal para os próximos 20 anos. O critério firmado deve evitar que o recente descontrole com as finanças públicas se repita.

## CONFIANÇA EM ALTA (VARIAÇÃO NO ICEI, POR PORTE DA EMPRESA)

### Pequenas empresas



### Médias empresas



### Grandes empresas



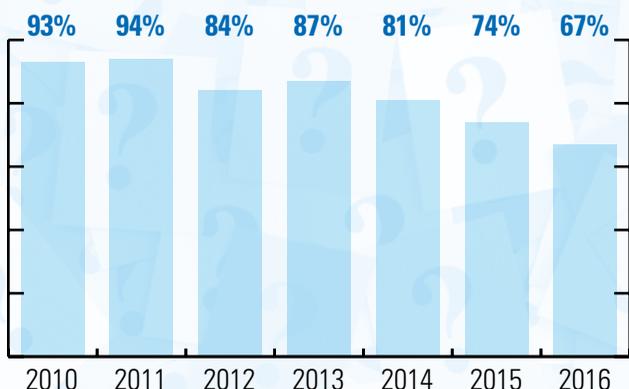
Obs.: O índice varia de 0 a 100 pontos; valores acima de 50 pontos indicam otimismo.

Fonte: Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) – Ano 19 – Número 2 – Fevereiro de 2017

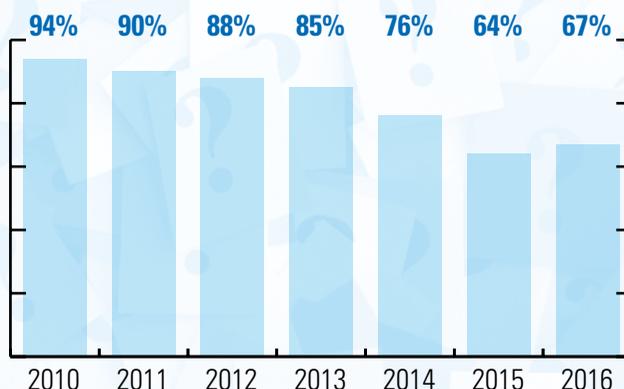
## INCERTEZAS E ALTA OCIOSIDADE DERRUBAM INVESTIMENTOS

Instabilidade na política e na economia, estoques elevados e dificuldades de acesso ao crédito foram fatores determinantes para a maior frustração dos planos de investimento da indústria, nos últimos anos. Em 2016, apenas 67% das empresas investiram, sete pontos percentuais abaixo do percentual observado em 2015 e menor patamar da série histórica da pesquisa *Investimentos na Indústria*, iniciada em 2010. A incerteza econômica ainda pesa sobre a decisão de investir, neste ano: apenas 67% das empresas têm investimentos planejados, segundo o estudo realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Percentual das empresas industriais que investiram ano a ano



Percentual das empresas industriais com intenção de investimento no ano

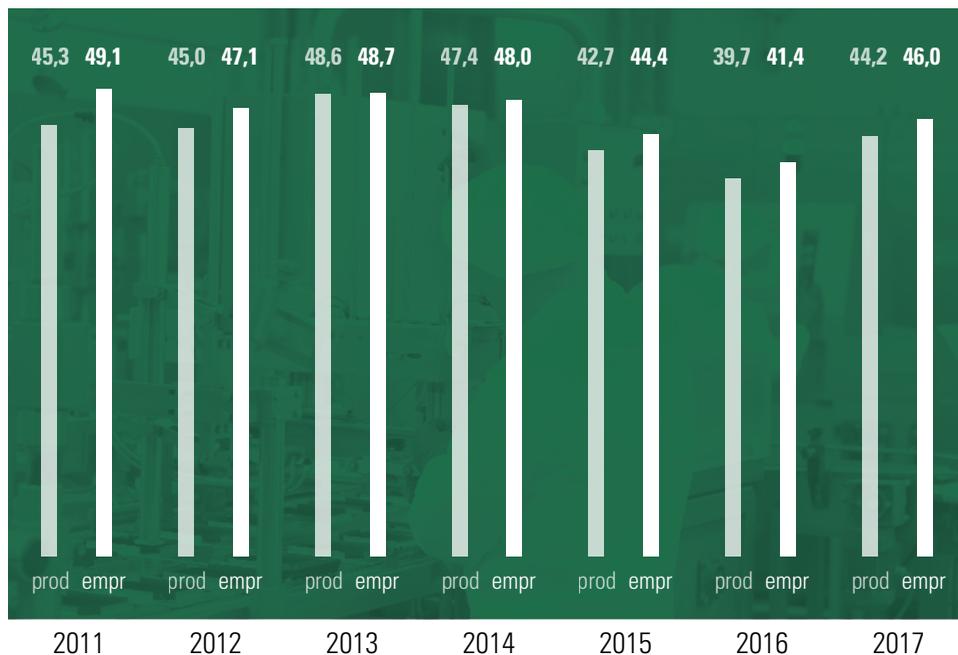


Fonte: *Investimentos na Indústria – Ano 8 – Fevereiro de 2017*

## INDÍCIOS DE RECUPERAÇÃO NO INÍCIO DE 2017

Os sinais são tímidos, mas a indústria brasileira parece ter iniciado 2017 em situação melhor. Em janeiro, os níveis de produção e de emprego permaneceram em queda, embora em ritmo menor na comparação anual, como mostrou a pesquisa *Sondagem Industrial*, divulgada em 20 de fevereiro. No primeiro mês do ano, o índice de evolução da produção ficou em 44,2 pontos, superior ao registrado no mesmo período de 2016 e de 2015, indicando menor retração. Por outro lado, a ociosidade permanece elevada, com apenas 63% da capacidade produtiva da indústria sendo utilizada.

Evolução da produção e do emprego nos meses de janeiro (2011 a 2017)



Fonte: *Sondagem Industrial – Ano 20 – Número 1 – Janeiro de 2017*

## BRASILEIROS QUEREM MAIS EMPREGO E SAÚDE MELHOR

A melhora da qualidade dos serviços de saúde e a geração de empregos são as principais prioridades do brasileiro para 2017. Segundo a pesquisa *Retratos da Sociedade: Problemas e Prioridades*, divulgada pela CNI em 2 de fevereiro, a crise econômica e seus efeitos sobre o desemprego alçaram a criação de novos postos de trabalho à posição de segundo maior anseio nacional. O aumento na taxa de desemprego, aliás, se tornou, em 2016, o maior problema percebido pelo brasileiro, à frente da corrupção, citados por 43% e 32% dos entrevistados, respectivamente.

### As prioridades da sociedade brasileira



Prioridade	2015		2016		2017	
	%	Ranking	%	Ranking	%	Ranking
Melhorar os serviços de saúde	51	1º	36	1º	38	1º
Promover a geração de empregos	14	9º	26	3º	32	2º

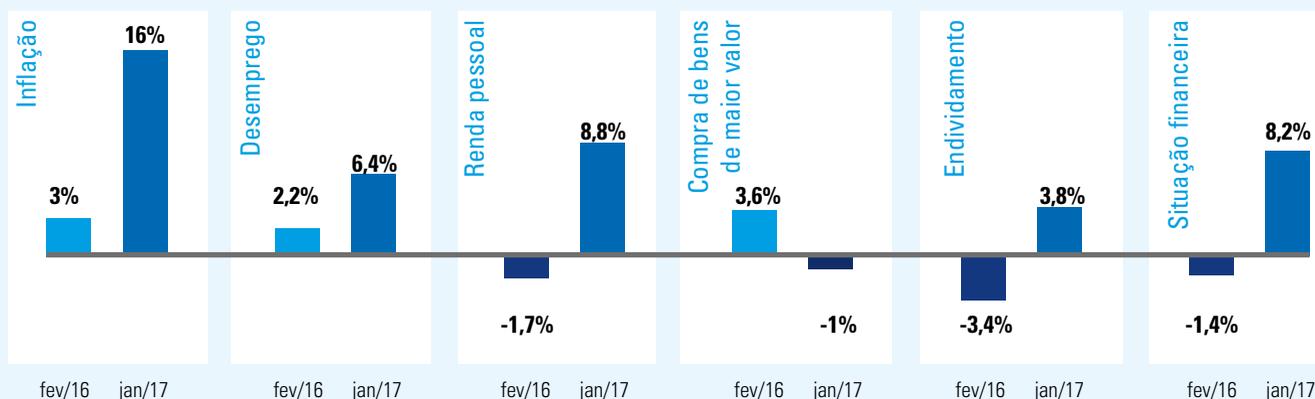
Fonte: Retratos da Sociedade Brasileira: Problemas e prioridades – Ano 6 – Número 36 – Janeiro de 2017

## AUMENTA O OTIMISMO ENTRE OS CONSUMIDORES

O brasileiro está mais otimista em sua perspectiva de que a inflação cairá e o desemprego será reduzido, nos próximos meses. O *Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (INEC)*, divulgado pela CNI, em 24 de fevereiro, registrou 104,4 pontos, um aumento de 0,6% em relação a janeiro e de 5,8%, na comparação com fevereiro de 2016. Por outro lado, os indicadores de endividamento, renda própria e situação financeira tiveram queda, sinalizando que a população está pouco confiante de recuperação de renda no curto prazo.

### Principais variações no INEC em Fevereiro de 2017

Varição em relação ao período analisado



Fonte: INEC – Ano 19 – Número 2 – Fevereiro de 2017



Foto: premiojornalismo.fiero.org.br

## PRÊMIO CONTEMPLA NOTÍCIAS DA INDÚSTRIA RONDONIENSE

A Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (FIERO) abriu inscrições, até 30 de junho, para sua primeira edição do Prêmio FIERO Paulo Queiroz de Jornalismo, que agraciará as melhores notícias sobre a indústria rondoniense. Dividido em quatro categorias – jornalismo impresso, radiojornalismo, telejornalismo e webjornalismo – o concurso terá premiação entre R\$ 1,5 mil e R\$ 7 mil. O nome do prêmio é uma homenagem ao jornalista Paulo Queiroz, principal articulista e colonista político de Rondônia, morto em 2011. As inscrições podem ser feitas no site [www.premiojornalismo.fiero.org.br](http://www.premiojornalismo.fiero.org.br).

## INICIADA 1ª RODADA DE ACELERAÇÃO DO FIEMG LAB

Iniciativa pioneira entre as federações de indústrias no Brasil, o FIEMG Lab – programa de aceleração da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e parceiros – deu início à sua primeira rodada em fevereiro. Foram selecionados 100 projetos de empresas das áreas de tecnologia da informação, saúde e segurança do trabalho, alimentos, energia, educação, vestuário, construção civil, logística e agropecuária que, a partir de março, durante 18 meses, passarão por quatro etapas de aceleração e novos processos seletivos. Nesse período, serão feitos diagnósticos, encontros, capacitações e mensuração de resultados. O programa dirige-se a *startups*, *spin-offs* corporativas e/ou projetos aplicados de base tecnológica em desenvolvimento e visa a fomentar novos negócios de impacto. Ao final, cinco negócios inovadores receberão suporte para expansão.



Foto: Rawpixel.com / Shutterstock.com

## EMPRESAS MARANHENSES 60% MAIS PRODUTIVAS

Indústrias do Maranhão melhoraram seus resultados a partir de correções rápidas no processo produtivo, sem investimentos significativos em infraestrutura. Lançado no Maranhão em junho de 2016, o *Programa Brasil Mais Produtivo* alcançou números expressivos em indústrias do setor moveleiro, registrando aumento médio de 60% da produtividade. A meta estadual é inserir 20 empresas no programa, do qual seis já participam. Dessas, houve aumento produtivo mínimo de 20%, mas uma empresa, de portas e móveis, registrou expansão de 114% na produtividade em um setor específico.



Foto: Dzharov Eduard / Shutterstock.com

## SENAI-PB E PRONATEC CAPACITAM DETENTOS EM JOÃO PESSOA

Desde 2013, detentos da Penitenciária Sívio Porto, em João Pessoa, têm frequentado aulas de alvenaria, 200 horas/aula, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). As aulas, teóricas e práticas, são ministradas quatro vezes por semana no presídio. Por ano, são capacitadas quatro turmas com cerca de 40 apenados cada. O certificado é concedido ao aluno que apresenta, no mínimo, 75% de frequência do curso.



Foto: bogdanhoda / Shutterstock.com

## REDUÇÃO NA QUEDA DE EMPREGOS FORMAIS EM GOIÁS

O fechamento de postos de trabalho em Goiás, no ramo industrial, desacelerou em 2016. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) apontam uma desaceleração em relação a 2015. A indústria de transformação, que havia perdido 5,27% dos postos de trabalho em 2015, diminuiu esta perda para 2,78%, em 2016, o que equivale a menos 6.813 postos de trabalho – número menor que os 13.356 desligamentos realizados no ano anterior. O segmento agropecuário foi o responsável pelo resultado positivo. Em 2016, o setor contratou 3.346 trabalhadores.

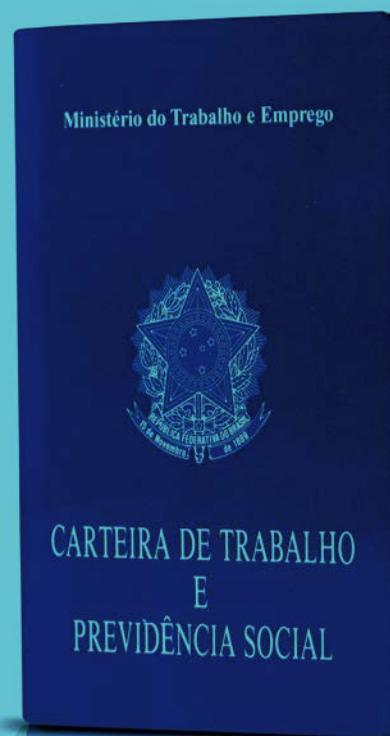


Foto: Filipe Frazao / Shutterstock.com

# GIRO GLOBAL

## SAÍDA DOS EUA DO TPP PODE BENEFICIAR BRASIL



Foto: Aun Photographer / Shutterstock.com

O *Trans-Pacific Partnership* (TPP - Tratado Transpacífico), criado em 2015, tinha como objetivo conter o avanço econômico da China, que não faz parte do tratado de livre comércio assinado por 12 países que compartilham o Oceano Pacífico. O TPP ainda não foi implementado, mas a sinalização dos Estados Unidos de saída do grupo pode beneficiar o agronegócio brasileiro. Esse deixará de perder mercado para as commodities norte-americanas, as quais entrariam nos 11 países signatários com tarifas diferenciadas ou sem tarifas.

## PIRATARIA TIRA 2,5 MILHÕES DE EMPREGOS NO MUNDO

Um estudo recente do Centro de Pesquisa Econômica e de Negócios, do Reino Unido, mostra que o mercado de produtos falsificados é responsável pela perda anual de 2,5 milhões de empregos no mundo, e pelas perdas, por ano, de US\$ 62 bilhões em receitas fiscais e despesas sociais dos países do G20, grupo do qual o Brasil faz parte. Esse mercado informal impacta significativamente nos orçamentos públicos dos países. A subarrecadação, devido à não tributação das mercadorias falsificadas, reduz o orçamento e, com isso, a capacidade de o Estado conduzir, por exemplo, políticas públicas em saúde e educação.



Foto: Walter Campanato / Agência Brasil

Foto: Valeriano Di Domenico / World Economic Forum



## CHINA DEFENDE GLOBALIZAÇÃO EM DAVOS

Em sua estreia no Fórum Econômico Mundial realizado em Davos, na Suíça, a China mostrou-se preocupada com as guerras comerciais e com os recuos no processo de globalização e quis reforçar sua posição de segunda potência mundial. O presidente chinês, Xi Jinping, afirmou que seu país pretende criar uma "rede global de acordos de livre comércio" de forma a defender tratados abertos, transparentes e que beneficiem todas as partes, em rejeição a acordos entre "grupos exclusivos e fragmentados por natureza".

## FIM DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA AUSTRALIANA

Após 91 anos no país, as atividades da automotora Ford foram encerradas na Austrália. O último carro a sair das linhas de montagem de Broadmeadows foi a picape Falcon Ute. A saída do mercado australiano havia sido anunciada em 2013 – mesmo ano em que a concorrente General Motors decidiu terminar suas atividades, também a partir de 2017. Essa onda também foi seguida pela Toyota em 2014, que comunicou, em fevereiro último, que encerrará sua produção na Austrália em 3 de outubro. Com isso, chega ao fim a indústria automotiva australiana.



Foto: Andrey Bayda / Shutterstock.com

## INOVAÇÃO E QUALIDADE GARANTEM SOBREVIVÊNCIA DE INDÚSTRIA TÊXTIL SUÍÇA

Na Suíça existem, hoje, ao lado de numerosas microempresas com menos de 10 funcionários, cerca de 200 empresas produzindo tecidos no país, cuja mão de obra provém de profissionais de fiação, tecelões, bordadeiras, acabadoras e pequenos fabricantes de fitas e roupas. Todos organizam seu próprio negócio contra a concorrência internacional, produzindo de forma sustentável e integrada à cadeia de valor internacional orientada ao cliente. Eles se concentram em nichos de produtos de alta qualidade, funcionalidade e design, e contam com uma rede de parceiros desenvolvedores de tecnologia de ponta.



Foto: Boris-B / Shutterstock.com

# SENAI CELEBRA 75 ANOS

INSTITUIÇÃO É REFERÊNCIA MUNDIAL NA FORMAÇÃO PARA  
O MERCADO DE TRABALHO E NO INCENTIVO À INOVAÇÃO

**A**o longo de sua existência, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) vem cumprindo a missão de promover a educação profissional e o ensino técnico, com o intuito de aprimorar a competitividade do setor, seja nacional ou internacionalmente. Mais de 71 milhões de pessoas se formaram em cursos técnicos, de aprendizagem, aperfeiçoamento, qualificação e até pós-graduação, presencialmente ou a distância, nestes 75 anos.

Um exemplo é o empresário e dono da Insight Energy, Sérgio Fagundes, ex-aluno do SENAI Londrina (PR), que teve a vida transformada por essa experiência. “Aos 16 anos, iniciei os cursos de qualificação no SENAI, sempre na área de eletricidade. Hoje, sou engenheiro eletricista, pós-graduado em Gestão de Projeto, também pelo SENAI, e empresário no ramo de energia”.

Ou a estilista e proprietária da marca de roupas que leva seu nome, Andrea

Marques, ex-aluna do curso técnico de Moda e Estilismo do Centro de Tecnologia da Indústria Química e Têxtil do SENAI (SENAI-Cetiqt), no Rio de Janeiro. A capacitação foi de grande importância para seu empreendimento. “Sou muito grata por ter tido contato com todos os aspectos técnicos que envolvem o processo de montagem de uma roupa”.

A trajetória profissional de Sandi Escobar, aluna do curso técnico em Tecnologia de Alimentos do SENAI de Petrolina (PE), também está sendo forjada pela instituição. Ela foi medalha de prata na *Olimpíada do Conhecimento 2016*, no desafio da festa saudável. “A gente passa a ver o mundo diferente, pois o SENAI não trata o aluno só como aluno, mas como um futuro profissional”.

Já o aluno Rafael de Borba, do curso técnico de Manutenção de Aeronaves do SENAI de Palhoças (SC), está treinando para uma vaga na competição

internacional *WorldSkills 2017*, em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes, em outubro. “Acho que o ensino técnico é a maior chave para encontrar nosso caminho; é como estar num corredor escuro e ter a opção de acender uma lâmpada. O SENAI me acendeu essa lâmpada”.

O SENAI foi criado em 1942, quando o Rio de Janeiro era a capital brasileira e Getúlio Vargas ocupava a Presidência da República. Àquela época, o projeto de país baseava-se na construção de uma indústria forte, o que só poderia ocorrer por meio da qualificação de profissionais capazes de ampliar a produção nacional.

O diretor-geral da instituição, Rafael Lucchesi, destaca que o SENAI tem reconhecida excelência em educação profissional, mas se desafia permanentemente a elevar a qualidade dos cursos que oferece. “O investimento em tecnologias educacionais e em práticas pedagógicas revolucionárias faz com que os



*Gerações de brasileiros passam pelos cursos do SENAI, que já formaram mais de 71 milhões de profissionais.*

profissionais formados pelo SENAI estejam preparados para enfrentar os desafios do mercado de trabalho de hoje e do futuro”, afirma.

O reconhecimento do SENAI transcende fronteiras e é apontado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma das três mais importantes instituições para alcançar o objetivo de assegurar educação de qualidade no hemisfério sul.

Entre os brasileiros, a comunidade SENAI é unânime em reconhecer a importância e o valor estratégico da instituição. Como o senador e ex-ministro da Educação, Cristovam Buarque, que ressalta a formação de trabalhadores em todo o território nacional pelo SENAI. “É a prova concreta daquilo que eu venho, há bastante tempo, afirmando: sem educação, não há progresso”.

Outro educador e ex-ministro da Educação, Renato Janine, relembra a inédita conquista do Brasil, em número de

medalhas, da olimpíada do ensino técnico e profissional, a *WorldSkills*. “Essa vitória se deve, sobretudo, ao SENAI e a seu diretor Rafael Lucchesi, que não só organizaram o evento, sediado em nosso país pela primeira vez, como investiram na formação dos estudantes, garantindo um sucesso que agora é nossa obrigação manter”.

O empresário e ex-presidente da CNI (1995–2002), Fernando Bezerra, observa o papel fundamental de qualificar cada vez mais a mão de obra. “Sem o SENAI, certamente teríamos um agravamento da atual crise econômica”.

Também o senador, empresário e ex-presidente da CNI (2002–2010), Armando Monteiro, ressalta que a instituição é um dos cinco maiores complexos de educação profissional do mundo e o maior da América Latina. “O SENAI cumpre papel fundamental no estímulo à inovação e à transferência de tecnologia para elevar a competitividade da indústria”.

O instrutor Sergio de Matos, de Mecânica e Refrigeração do Instituto SENAI de Tecnologia, Automação e Simulação, do Rio de Janeiro, se preparou na instituição para o mercado de trabalho. “Há 10 anos tenho o prazer de trabalhar no SENAI, podendo passar um pouco do que aprendi para que tenhamos cada vez mais cidadãos preparados para um mercado competitivo e exigente”.

Instrutor em Tecnologia da Informação do SENAI de Roraima há quatro anos, Handerson Oliveira relembra que a instituição permitiu que mudasse de ofício. “Existem vários motivos que me dão orgulho em fazer parte dessa equipe, mas dois se destacam: primeiro, o suporte com o que há de melhor em tecnologia e inovação que o SENAI disponibiliza para os docentes. E segundo, por ser referência na qualificação de profissionais há mais de 70 anos, fazendo parte do crescimento do nosso país”.

## SENAI EM NÚMEROS



71 milhões de trabalhadores formados em 28 áreas da indústria brasileira



580 unidades fixas



449 unidades móveis



1.359 municípios atendidos em 2016



34.703 docentes e colaboradores trabalham no SENAI



389 cursos oferecidos nos ramos técnico, qualificação, superior, aperfeiçoamento profissional, especialização técnica e tecnológica



9 escolas no exterior (Guatemala, Peru, Guiné Bissau, Paraguai, Cabo Verde, Jamaica, São Tomé e Príncipe, Angola e Timor Leste)



2.231.017 matrículas em cursos de janeiro a novembro de 2016



12 Centros de Exames para certificação de pessoas



57 Institutos SENAI de Tecnologia estão sendo implantados no Brasil



1º lugar na 43ª edição da *WorldSkills*, a competição internacional de profissões técnicas, realizada em 2015 na cidade de São Paulo



25 Institutos SENAI de Inovação estão sendo implantados no Brasil



93% das empresas preferem alunos que fizeram curso técnico no SENAI



66.654 serviços técnicos e de inovação prestados de janeiro a novembro de 2016



851.169 matrículas em cursos EAD de janeiro a novembro de 2016



53 instituições parceiras como o *British Council*, do Reino Unido, o Massachusetts Institute of Technology (MIT), dos Estados Unidos, o Swedish ICT, da Suécia, e o instituto alemão Fraunhofer

# CONHEÇA O SISTEMA INDÚSTRIA

## CNI

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) representa 27 federações de indústrias e mais de 1.200 sindicatos patronais, aos quais são filiadas quase 700 mil indústrias. Desde sua fundação, em 1938, atua na articulação com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e com entidades e organismos no Brasil e no exterior.

## SESI

O Serviço Social da Indústria (SESI) oferece, desde 1946, soluções para as empresas industriais brasileiras por meio de uma rede integrada, que engloba atividades de educação, segurança e saúde do trabalho e qualidade de vida.

## SENAI

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) é um dos cinco maiores complexos de educação profissional do mundo e o maior da América Latina. Desde 1942, seus cursos já formaram quase 70 milhões de trabalhadores profissionais para a indústria.

## IEL

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL) prepara as empresas brasileiras para um ambiente de alta competitividade. Criado em 1969, oferece soluções em gestão corporativa, educação empresarial e desenvolvimento de carreiras.

## MÍDIAS SOCIAIS

### CNI

<https://www.facebook.com/cnibrasil>  
<https://www.flickr.com/photos/cniweb>  
<https://instagram.com/cnibr/>  
[https://twitter.com/cni\\_br](https://twitter.com/cni_br)  
<https://www.linkedin.com/company/cni-brasil>

### SENAI

<https://www.facebook.com/senainacional>  
[https://www.instagram.com/senai\\_nacional/](https://www.instagram.com/senai_nacional/)  
<https://twitter.com/senainacional>  
<https://www.youtube.com/user/senaibr>

### SESI

<https://www.facebook.com/SESINacional>  
<https://www.youtube.com/user/sesi>  
<https://www.linkedin.com/company/sesi-nacional>

### IEL

<https://www.facebook.com/IELbr>  
<https://www.instagram.com/ielbr/>  
[https://twitter.com/iel\\_br](https://twitter.com/iel_br)  
<https://www.linkedin.com/company/iel-nacional>



Iniciativa da CNI - Confederação  
Nacional da Indústria



*Confederação Nacional da Indústria*

**CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA**